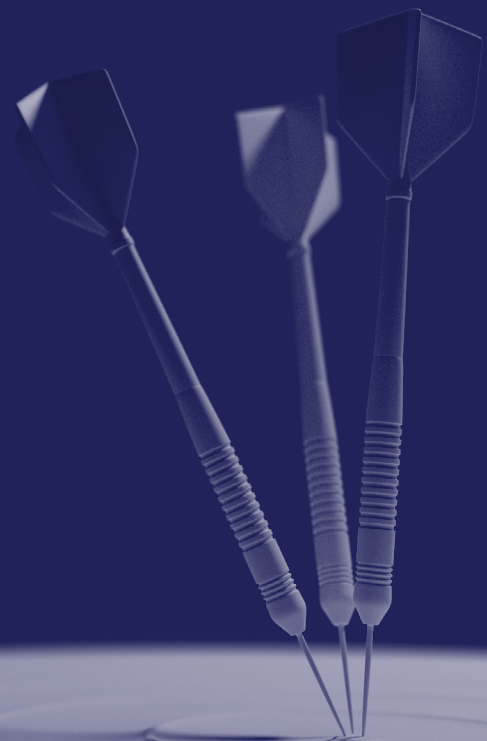


RELATÓRIO DE
ACOMPANHAMENTO DA
ESTRATÉGIA





CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente

Ministro Luís Roberto Barroso

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Mauro Campbell

Conselheiros

Ministro Guilherme Caputo Bastos
José Edivaldo Rocha Rotondano
Renata Gil de Alcantara Videira
Mônica Autran Machado Nobre
Daniela Pereira Madeira
Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha
Guilherme Guimarães Feliciano
Pablo Coutinho Barreto
João Paulo Santos Schoucair
Ulisses Rabaneda dos Santos
Marcello Terto e Silva
Daiane Nogueira de Lira
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretária-Geral

Adriana Alves dos Santos Cruz

Secretário de Estratégia e Projetos

Gabriel da Silveira Matos

Diretor-Geral

Johaness Eck

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Juiz Coordenador

Fábio Cesar dos Santos Oliveira

Diretora

Fabiana Andrade Gomes e Silva

Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ

Adilson Medeiros da Silva

Chefe da Seção de Planejamento Institucional

Neuma Christina Lopes Nunes

Estagiária da Seção Planejamento Institucional

Francisca Eduarda Dantas S. Rodrigues

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretária de Comunicação Social

Giselly Siqueira

Coordenadora de Imprensa

Cecília Malheiros

Coordenador de Multimeios

Jônathas Seixas

Projeto gráfico

Eron Castro

Diagramação

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Revisão

Caroline Itchenko Zanetti
Matheus Bacelar dos Santos

2025

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600
Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

RELATÓRIO DE

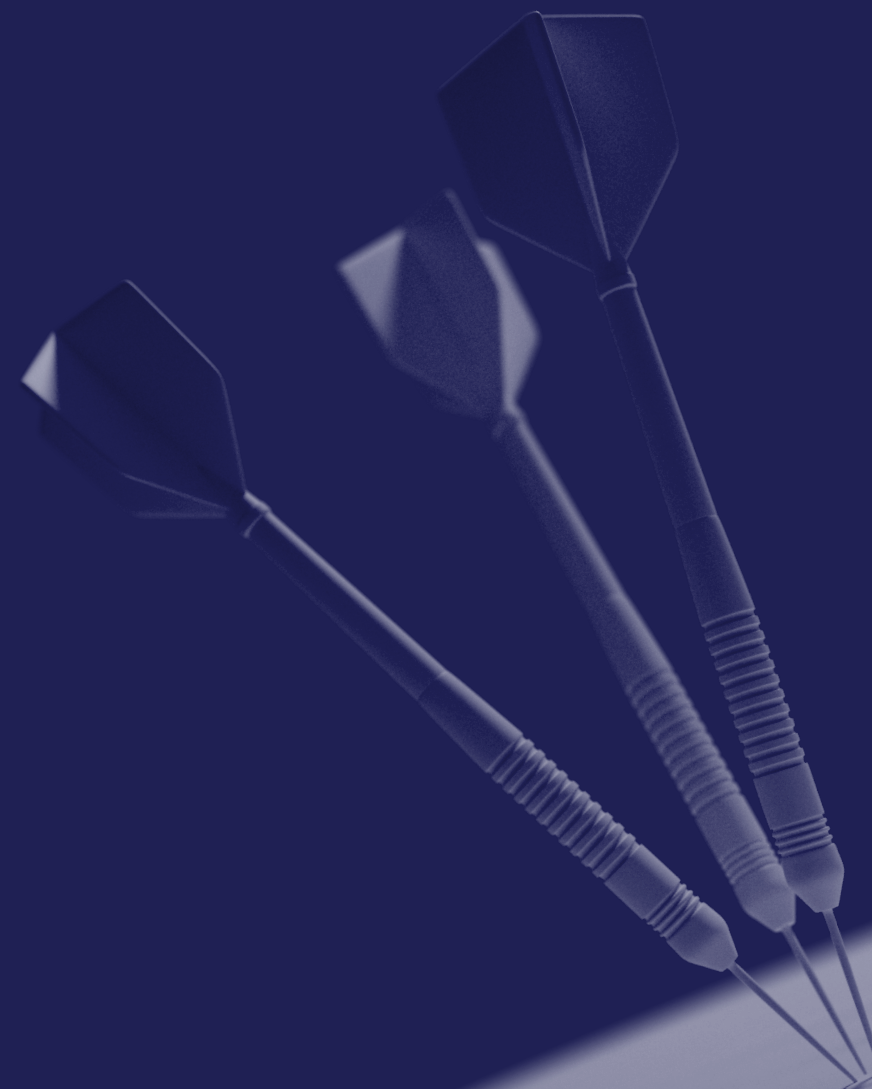
ACOMPANHAMENTO DA **ESTRATÉGIA**



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7	Objetivo Estratégico 3: Fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário	26
MISSÃO E VISÃO DO CNJ	8	Objetivo Estratégico 4: Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica	29
VALORES DO CNJ	9	Objetivo Estratégico 5: Aprimorar as inspeções e correções	34
RESULTADOS	10	Objetivo Estratégico 6: Fomentar a melhoria dos serviços extrajudiciais	37
MÉTODO DE APURAÇÃO DOS RESULTADOS	11	Objetivo Estratégico 7: Fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos.	39
MAPA ESTRATÉGICO – RESULTADO 2024	13	Objetivo Estratégico 8: Fortalecer a Política Judiciária de soluções alternativas de conflitos e a desjudicialização	45
RESULTADO CONSOLIDADO DOS INDICADORES	14	Objetivo Estratégico 9: Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital	47
RESULTADO CONSOLIDADO DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS	15	Objetivo Estratégico 10: Aprimorar a governança e a gestão da tecnologia e comunicação sob a ótica de soluções colaborativas	50
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO CNJ	16	Objetivo Estratégico 11: Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ	54
Objetivo Estratégico 1: desenvolver políticas judiciárias e outros instrumentos para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário, dos seus serviços auxiliares, dos serviços notariais e de registro e dos demais órgãos correcionais.	16	Objetivo Estratégico 12: Promover práticas inovadoras de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo	57
Objetivo Estratégico 2: Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de Políticas Judiciárias	22	Objetivo Estratégico 13: Estimular a desburocratização no Poder Judiciário	65

Objetivo Estratégico 14: <i>Impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade</i>	73
Objetivo Estratégico 15: <i>Estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário</i>	76
Objetivo Estratégico 16: <i>Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas</i>	81
Objetivo Estratégico 17: <i>Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho de forma integrada e contínua</i>	88
Objetivo Estratégico 18: <i>Aprimorar sistemas de gestão de planejamento, orçamento e finanças no Poder Judiciário</i>	90
ANÁLISE DO DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA DO CNJ – 2024	94



APRESENTAÇÃO

O ciclo de Planejamento Estratégico do CNJ — período 2021–2026 — foi instituído pela Portaria n. 104 de 30 de junho de 2020. No normativo, são apresentados: missão, visão, valores e objetivos estratégicos, bem como a dinâmica do monitoramento e atores envolvidos.

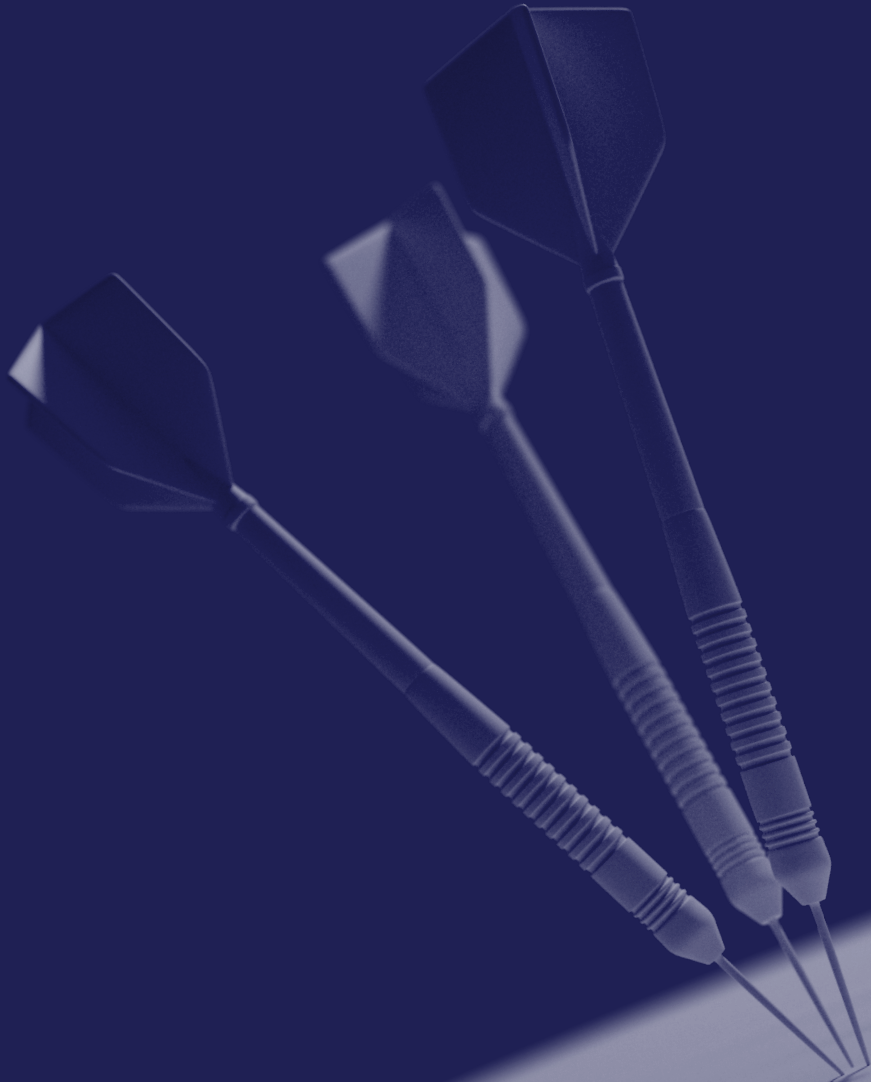
No referido instrumento, há previsão de desdobramento da estratégia em indicadores de desempenho, metas, programas, projetos e ações, os quais estão unificados nos documentos Plano Estratégico e Glossário publicados no Portal do CNJ para o público em geral.

Este relatório apresenta o desempenho da estratégia institucional alcançado em 2024, quarto ano de vigência do plano.

O Plano Estratégico CNJ 2021–2026 foi composto no período por 39 indicadores, distribuídos em 18 Objetivos Estratégicos e nove temas: Gestão Estratégica e Transparência; Correição e Serventia Extrajudicial; Soluções Alternativas de Conflitos, Desjudicialização, Cidadania e Intersetorialidade; Tecnologia da Informação e Gestão de Dados; Inovação e Desburocratização; Sustentabilidade e Acessibilidade; Comunicação Institucional; Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no Trabalho; e Orçamento e Finanças.

Além dos indicadores, em 2024, foram registrados 79 projetos institucionais.

No decorrer do ano, foram realizadas três Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs), com a finalidade de acompanhar periodicamente a execução do Plano Estratégico do CNJ.



MISSÃO E VISÃO DO CNJ

Missão

Promover o desenvolvimento do Poder Judiciário em benefício da sociedade, por meio de políticas judiciárias e do controle da atuação administrativa e financeira.

Visão

Órgão de excelência em governança e gestão do Poder Judiciário, a garantir eficiência, transparência e responsabilidade social da Justiça brasileira.

VALORES DO CNJ

Proteção dos direitos fundamentais

Garantir que a atuação do Conselho Nacional de Justiça se harmonize com a proteção dos direitos fundamentais, especialmente a igualdade e o acesso à prestação jurisdicional.

Ética

Atuar com ética no cumprimento de suas atividades.

Responsabilidade socioambiental

Observância aos princípios gerais de sustentabilidade e acessibilidade na atuação do CNJ.

Integração

Busca de sinergias e interlocução permanente entre unidades e colaboradores internos, bem como do CNJ com as instituições e com a sociedade.

Comprometimento

Compromisso de todos os colaboradores com a missão e os objetivos institucionais, observável pelo engajamento, esforço e empenho exercido em favor da organização.

Valorização das pessoas

Reconhecimento de que as pessoas consubstanciam a principal riqueza do CNJ e de que o seu trabalho deve ser valorizado.

Agilidade

Celeridade no desenvolvimento das atribuições.

Eficiência

Simplificar os procedimentos, desburocratizar e tornar a gestão do CNJ e do Poder Judiciário mais eficiente, inclusive por meio da disseminação de inovações tecnológicas.

RESULTADOS

A seguir, serão apresentados o método de apuração e os resultados do exercício de 2024.



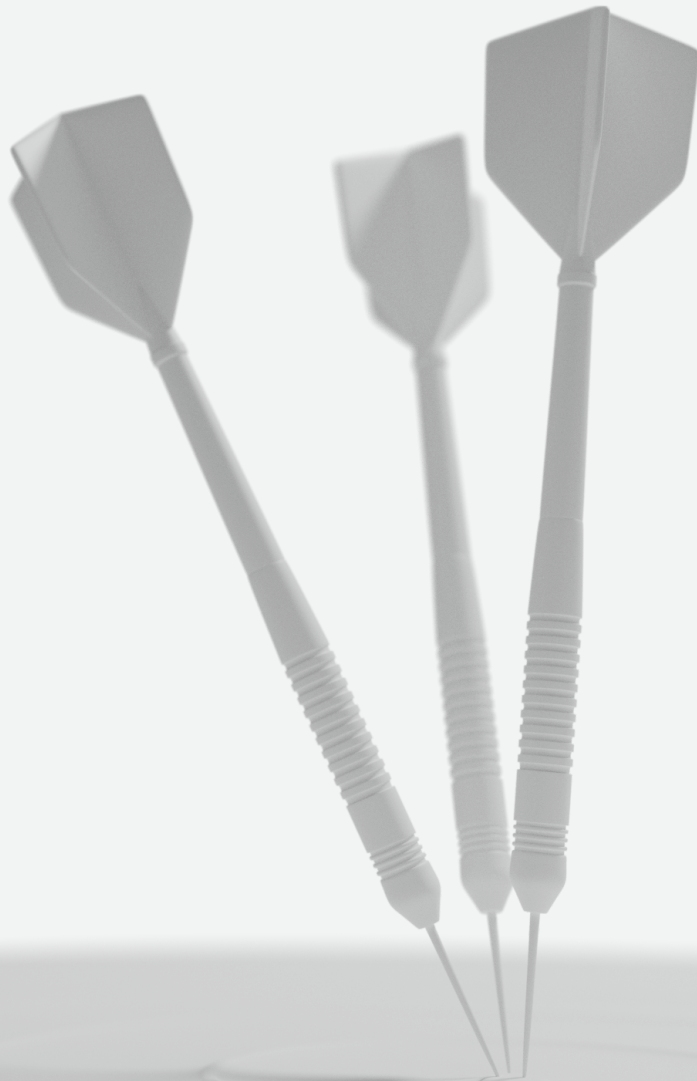
MAIS INFORMAÇÕES PODEM SER ACESSADAS NA PÁGINA DO CNJ:

<https://www.cnj.jus.br/gestao-estrategica-e-planejamento/planejamento-estrategico-do-cnj-2021-2026/acompanhamento-da-estrategia/>

MÉTODO DE APURAÇÃO DOS RESULTADOS

a. Faróis dos objetivos estratégicos (método de apuração)

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO DOS OBJETIVOS		
PONTUAÇÃO DE INDICADORES E PROJETOS	Média dos pontos	
	RESULTADO	COR
3 Pontos	2,51 a 3,00	
3 Pontos (só para projetos)		
2 Pontos	1,51 a 2,50	
1 Ponto	0 a 1,50	
0 Ponto	Não mensurado	
Não contabiliza (só para indicadores)	Fora de medição	

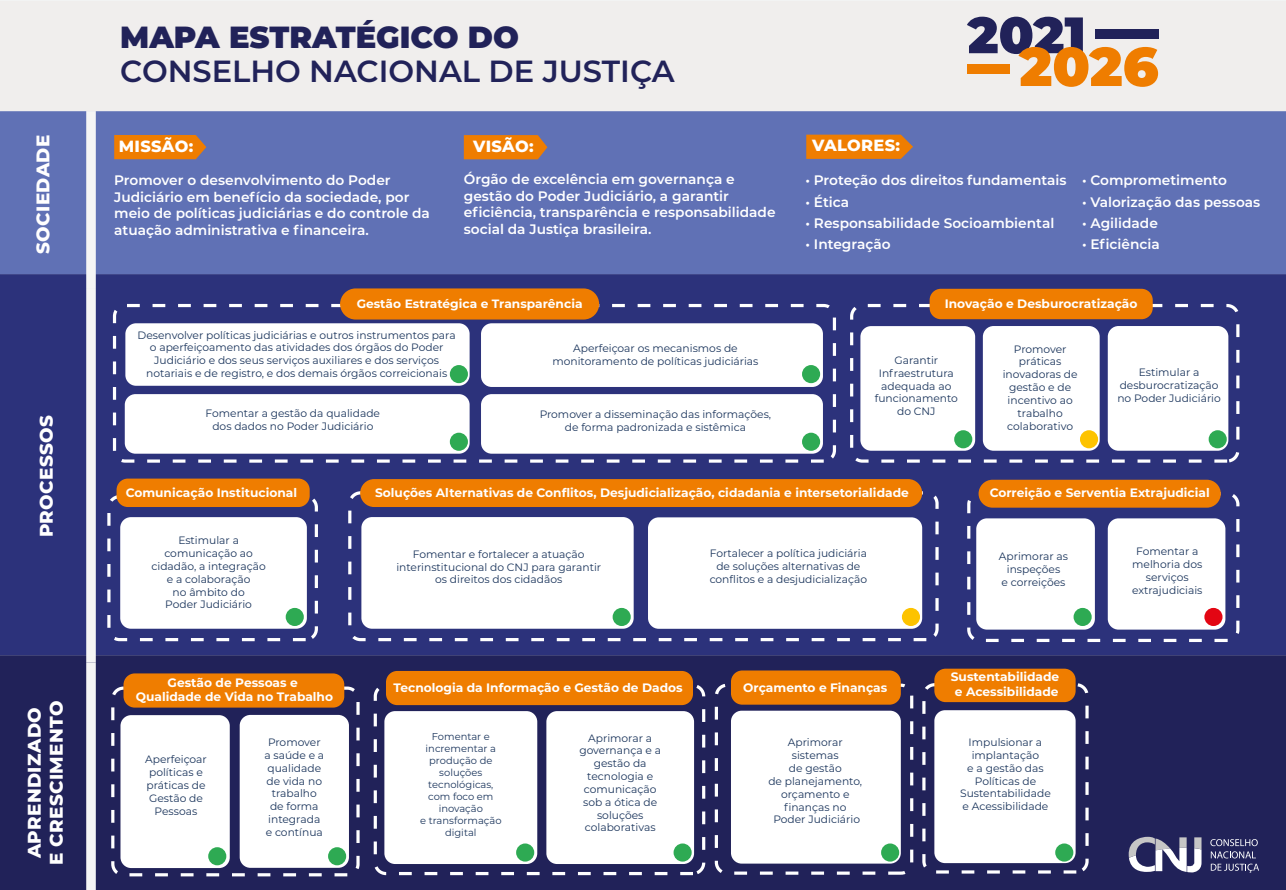


c. Faróis dos projetos institucionais (método de apuração)

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS	
Concluído	
Desempenho (realizado/expectativa) maior ou igual a 95%	
Desempenho (realizado/expectativa) maior ou igual a 85% e menor do que 95%	
Desempenho (realizado/expectativa) menor do que 85% ou data de término anterior à data de avaliação	

Este método poderá ser modificado se o Escritório Corporativo de Projetos Institucionais (ECP) definir outro que julgue mais adequado.

MAPA ESTRATÉGICO – RESULTADO 2024

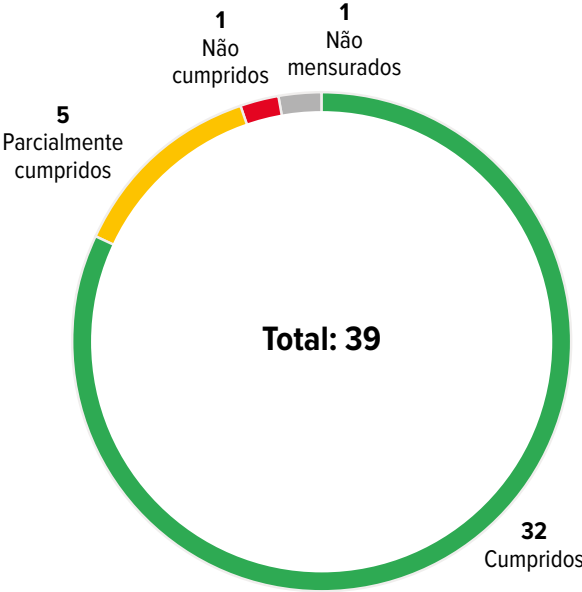


LEGENDA:	
	Cumprido
	Parcialmente cumprido
	Não cumprido

RESULTADO CONSOLIDADO DOS INDICADORES

Conforme se observa no gráfico ao lado, dos 39 indicadores constantes do Plano Estratégico do Conselho Nacional 2021-2026 – ano 2024 –, 32 foram cumpridos (82,1%), cinco, parcialmente cumpridos (12,8%), um não foi cumprido (2,6%) e um não mensurado (2,6%).

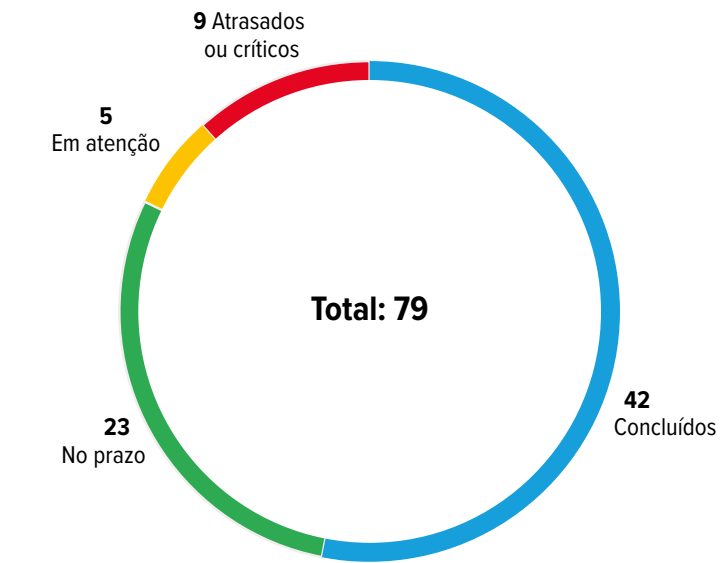
PANORAMA GERAL DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS
DEZEMBRO DE 2024



RESULTADO CONSOLIDADO DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS

Conforme se observa no gráfico ao lado, dos 79 projetos institucionais constantes no Plano Estratégico do Conselho Nacional 2021-2026 – ano 2024 –, 42 foram concluídos (53.2%), 23 estão no prazo (29,1%), cinco, em atenção (6,3%) e nove estão atrasados ou críticos (11,4%).

PANORAMA GERAL DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS
DEZEMBRO DE 2024



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO CNJ

Objetivo Estratégico 1: desenvolver políticas judiciárias e outros instrumentos para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário, dos seus serviços auxiliares, dos serviços notariais e de registro e dos demais órgãos correccionais.

Consiste na formulação de políticas judiciárias visando ao aprimoramento da prestação jurisdicional e do bom funcionamento das funções administrativas. Pretende-se, também, coordenar e orientar a implantação das políticas e a análise e a consolidação daquelas em vigor.

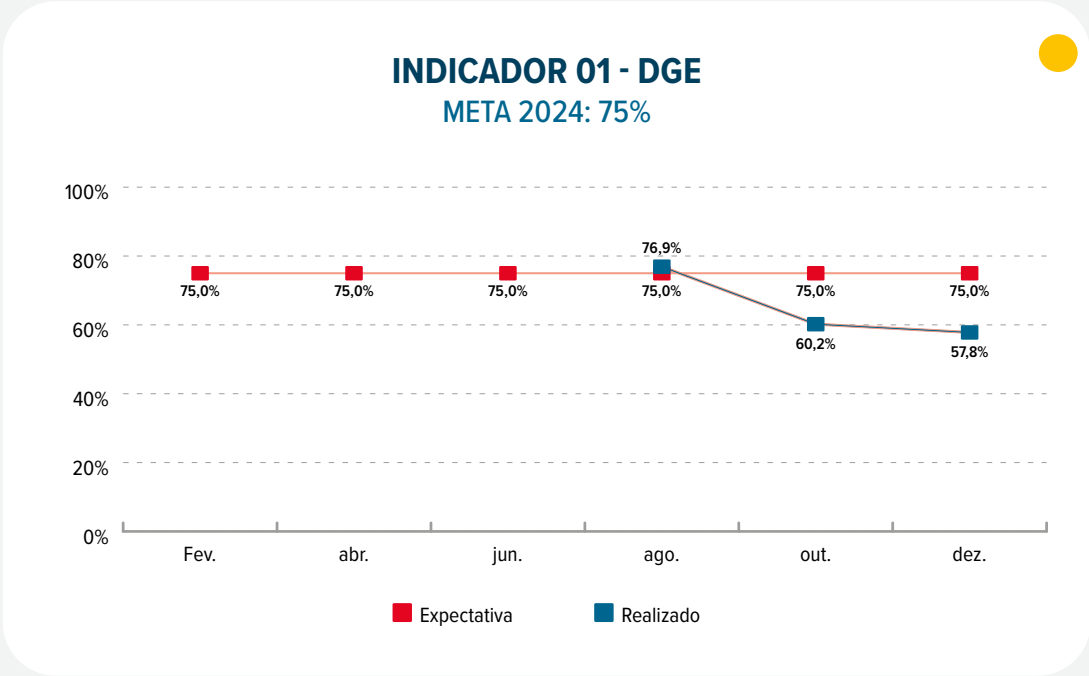


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 1:

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS mede o percentual de tribunais que cumpriram integralmente cada meta nacional no período. A responsabilidade de acompanhamento é do Departamento de Gestão Estratégica (DGE).

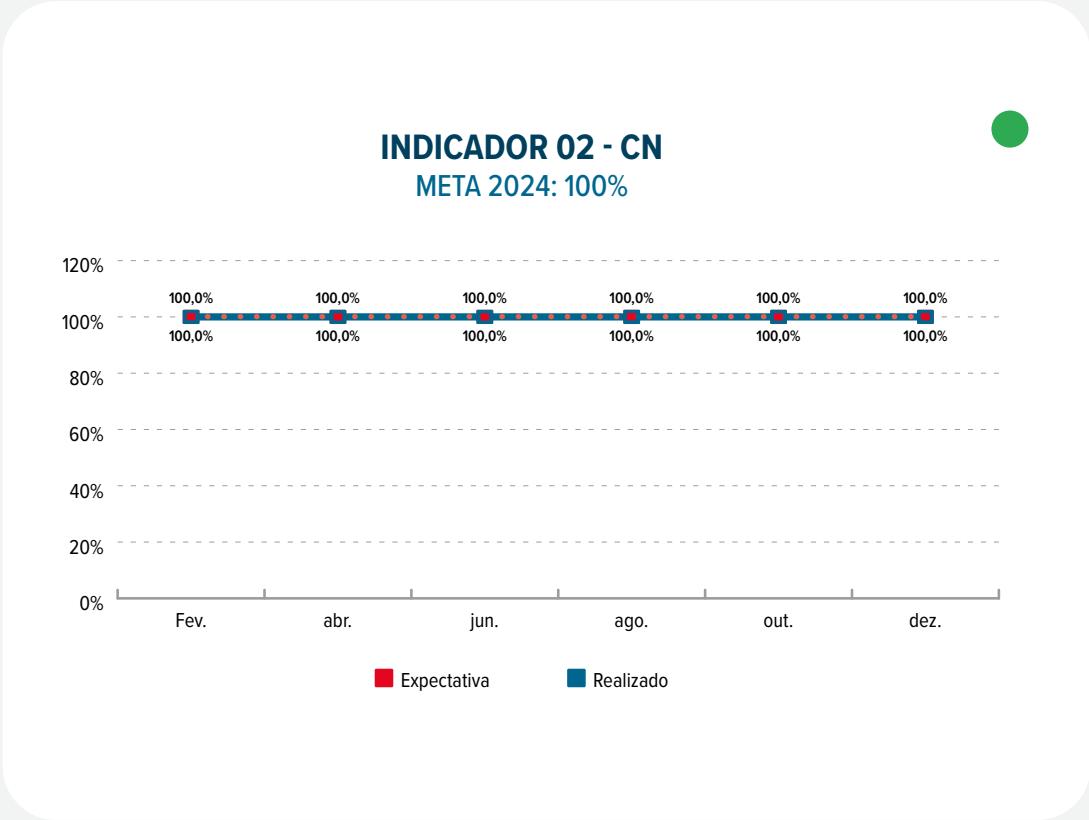
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 2:

ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ACOMPANHAMENTO DAS UNIDADES JUDICIAIS mede o percentual de gabinetes de desembargadores acompanhados pela Corregedoria Nacional de Justiça, em parceria com a presidência dos tribunais, dentre os identificados nas inspeções e nas correições realizadas pela Corregedoria Nacional de Justiça que estão com maior dificuldade em cumprir as metas nacionais do Poder Judiciário ou com recorrente excesso de prazo de conclusão. É de responsabilidade da Corregedoria Nacional de Justiça.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

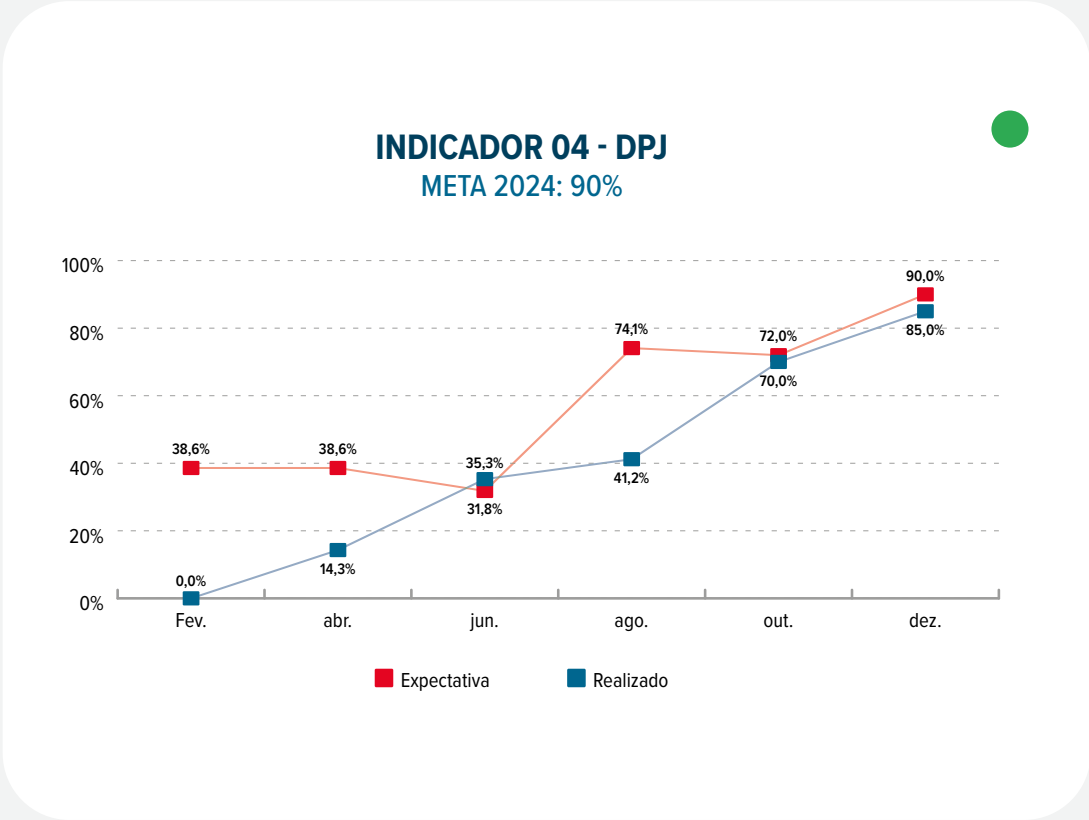


INDICADOR 4:

ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DAS PESQUISAS E DOS PAINÉIS mede o percentual de pesquisas e painéis concluídos de acordo com o quantitativo anual fixado pelo Conselho Consultivo do DPJ e pela Administração do CNJ. É de responsabilidade do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

Em junho, o cronograma de entregas foi revisado.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



PLANEJAMENTO DE RELATÓRIOS DE PESQUISAS E PAINÉIS PARA 2024

Relatório “A tramitação dos processos judiciais que envolvem a pessoa idosa no Brasil”

Relatório “Crimes ambientais na Amazônia Legal”

Relatório “Anuário ambiental”

Relatório “Escuta especializada e depoimento especial de crianças e adolescentes”

Relatório “Acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência no Poder Judiciário”

Relatório “Pessoas com transtorno mental em conflito com a lei no Brasil: itinerários jurídicos e portas de saída”

Relatório “Diagnóstico sobre a devolução de crianças e adolescentes em estágio de convivência e adotadas”

Relatório “Características do racismo estrutural reproduzido no sistema de justiça”

Relatório “Estudo sobre a redução do número de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio fechado no Brasil”

Relatório “Trajetórias no mundo do trabalho de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional: desafios e boas práticas na interface entre a garantia de direitos fundamentais e Justiça Criminal”

Relatório “Caminhos da tortura na justiça juvenil brasileira: o papel do Poder Judiciário”

Pesquisa “Uso de Inteligência Artificial Generativa”

Relatório Mês Nacional do Juri 2023

Relatório sobre Inovação no Poder Judiciário

Relatório Justiça em Números 2024

8.º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário

Estrutura das Unidades e dos Serviços de Saúde nos Tribunais

Mapa Nacional do Júri

Novo Painel da Saúde

Novo Painel Cacol

Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
	6.ª edição da Série Justiça e pesquisa	SEP	97,0%	97,0%
	Diagnóstico sobre a otimização dos processos de trabalho no Poder Judiciário em face da implementação das Políticas Tecnológicas do Programa Justiça 4.0.	SEP	100,0%	100,0%
	Repositório Anticorrupção e Tecnologia do Poder Judiciário	SEP	100,0%	100,0%
	Painel dos grandes litigantes	SEP	97,3%	96,7%
	Portal de Serviços	SEP	59,4%	64,1%
	Mapa Nacional do Tribunal do Juri (PDPJ-Br)	SG	53,0%	56,0%
	Desenvolvimento do módulo de Sessão de Julgamento	DTI	64,3%	35,9%
	Delegação de perfis	Presidência	100,0%	100,0%

Objetivo Estratégico 2: Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de Políticas Judiciárias

Pretende-se desenvolver os processos do ciclo de gestão de políticas judiciárias do CNJ, com foco no planejamento e no monitoramento, visando construir um modelo de gerenciamento que permita aprimorar a formulação e o acompanhamento de ações, bem como a apresentação dos resultados alcançados à sociedade.

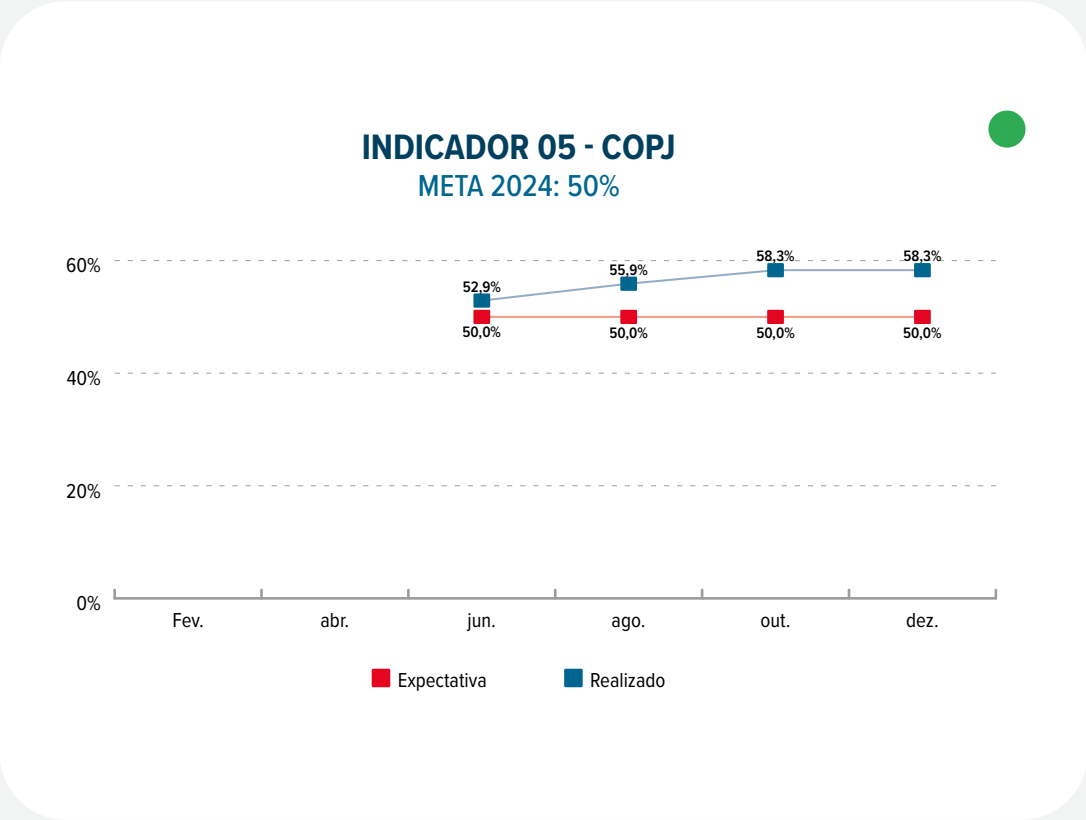


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 5:

ÍNDICE DE MONITORAMENTO DE INDICADORES DE POLÍTICAS JUDICIÁRIAS NACIONAIS mede o percentual de políticas judiciárias programáticas em execução que possui ao menos um indicador de monitoramento. Considera-se política judiciária programática a política instituída por resoluções do CNJ com uma instância de governança definida, objetivos que possam ser desdobrados em um plano de ação e cujo resultado pode ser acompanhado por um ou mais indicadores de monitoramento. É de responsabilidade da Coordenadoria de Governança de Políticas Judiciárias Nacionais (COPJ) e a periodicidade de medição é semestral.

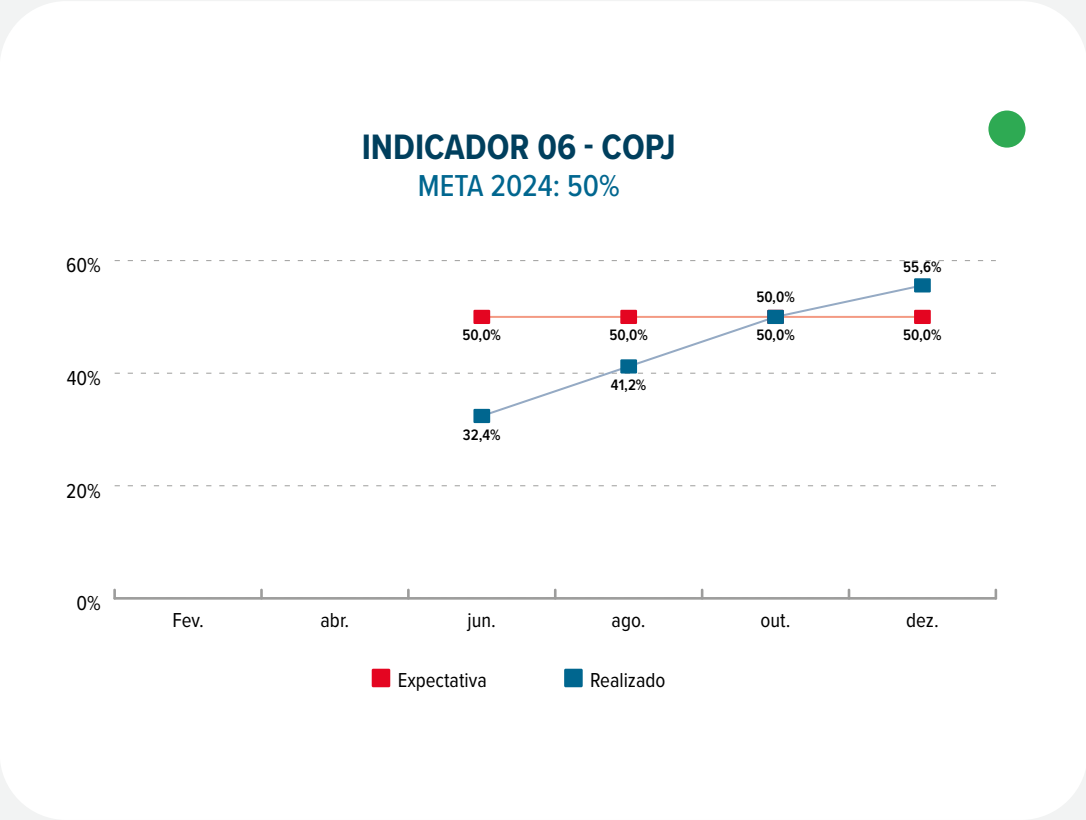
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 6:

ÍNDICE DE PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS JUDICIÁRIAS NACIONAIS mede o percentual de políticas judiciárias programáticas com planejamento formalizado, considerando que o planejamento pode ser formalizado por quaisquer dos seguintes instrumentos: plano de ação, programa, plano de gestão e outros exemplos práticos, como o PDTIC, o PLS e o Plano Estratégico. É de responsabilidade da Coordenadoria de Governança de Políticas Judiciárias Nacionais (COPJ) e a periodicidade de medição é semestral.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
	Integra – Serviço de Monitoramento de Atos Normativos do CNJ	Presidência	68,0%	68,0%

Objetivo Estratégico 3: Fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário

Visa definir modelos e padrões para promoção da governança dos dados dos órgãos do Poder Judiciário que são necessários à realização dos estudos, pesquisas e relatórios produzidos ou promovidos pelo CNJ. Incorpora a gestão global da informação, desde a estruturação do dado, o seu conteúdo, as formas de extração e de transmissão.

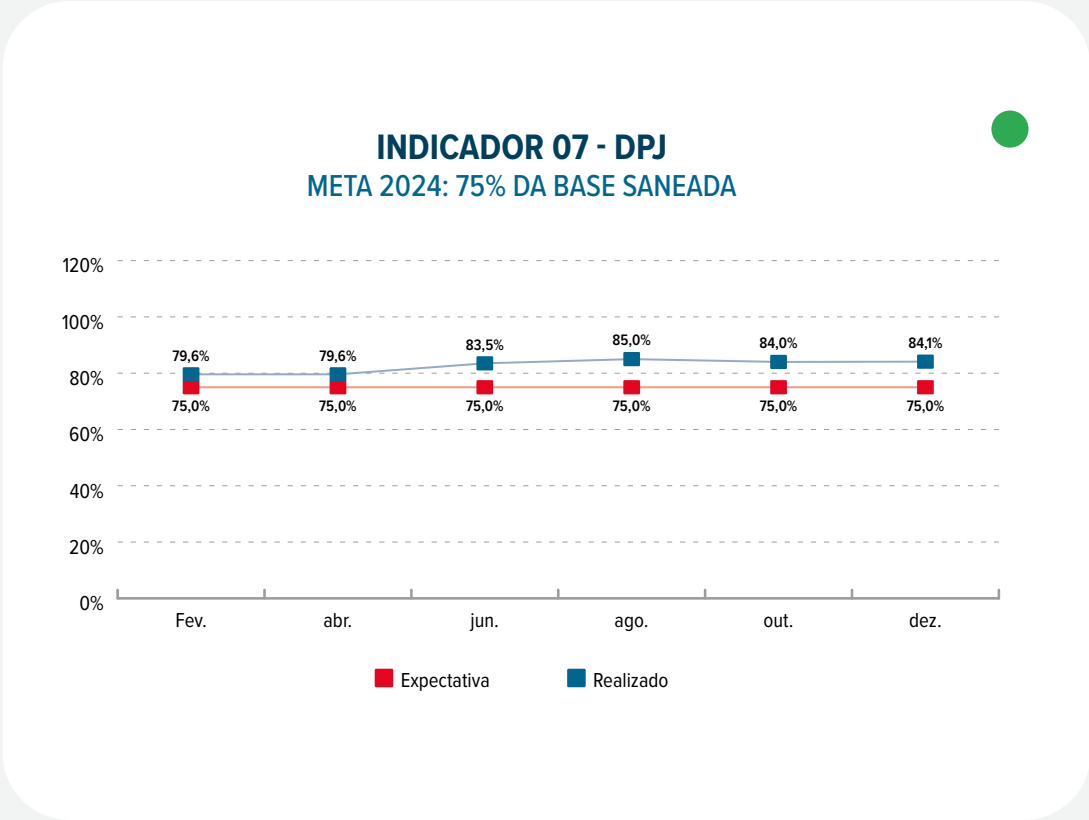


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 7:

INDICADOR DE NÍVEL DE CONSISTÊNCIA MÉDIO DOS TRIBUNAIS NO PAINEL DE QUALIFICAÇÃO DO DATAJUD consiste em melhorar o DataJud, de forma que o nível de inconsistência detectado pelo DPJ nos painéis de qualificação dos dados reduza a cada ano. O nível de inconsistência é medido considerando o percentual de problemas identificados no DataJud, levando-se em consideração ausência ou classificação incorreta de classes, assuntos e movimentos das Tabelas Processuais Unificadas, dados de partes faltantes ou mal preenchidas, datas inválidas, código de órgão julgador inválido, identificação do grau de jurisdição com erro, entre outros. A meta será dada por cumprida caso o indicador de nível de consistência atinja 95% ou mais. É de responsabilidade do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
	Painel de Estatística – Justiça 4.0	SEP	93,3%	92,9%
	DATALAKE	SEP	99,7%	100,0%
	Qualificação de dados	SEP	26,8%	26,2%
	Painel de Programa Desjudicializa	SEP	85,0%	75,0%

Objetivo Estratégico 4: Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica

Aprimorar, para fins de controle social, os mecanismos de transparência ativa – informação disponibilizada pelos órgãos do Poder Judiciário – e passiva – informação prestada em resposta a uma solicitação externa.

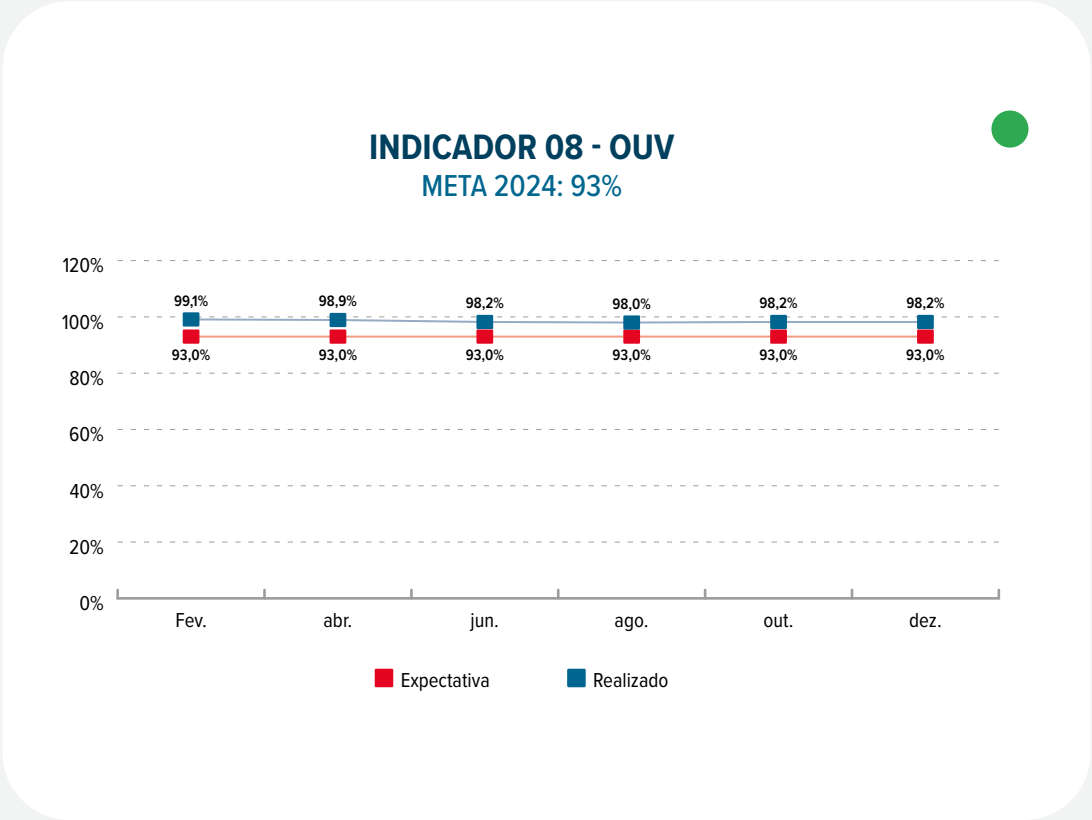


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 8:

ATENDIMENTO DA OUVIDORIA mede o percentual de respostas às demandas da Ouvidoria realizadas no prazo previsto. É de responsabilidade da Ouvidoria (OUV).

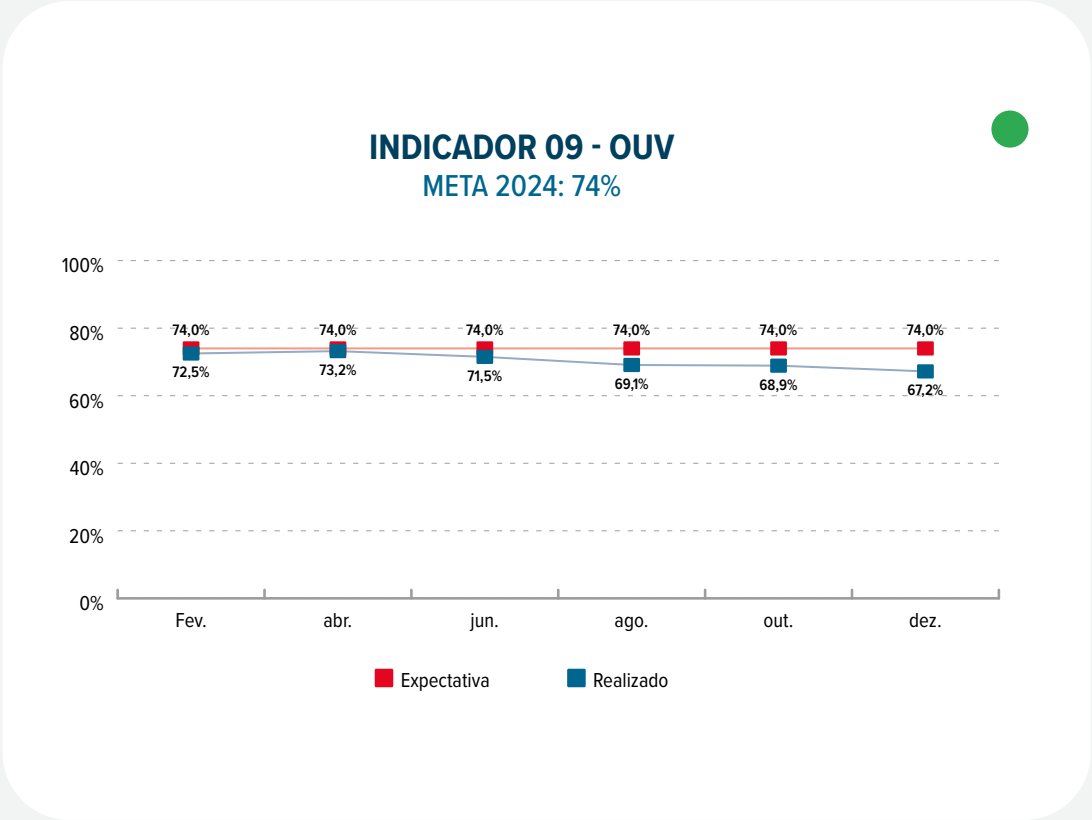
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 9:

SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO DA OUVIDORIA mede o resultado da pesquisa de satisfação com o atendimento da Ouvidoria realizada pela unidade. Atribuíram-se pesos aos blocos de itens pesquisados. A medição final do indicador é a média ponderada dos resultados alcançados na pesquisa, considerando-se os pesos atribuídos. É de responsabilidade da Ouvidoria (OUV).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

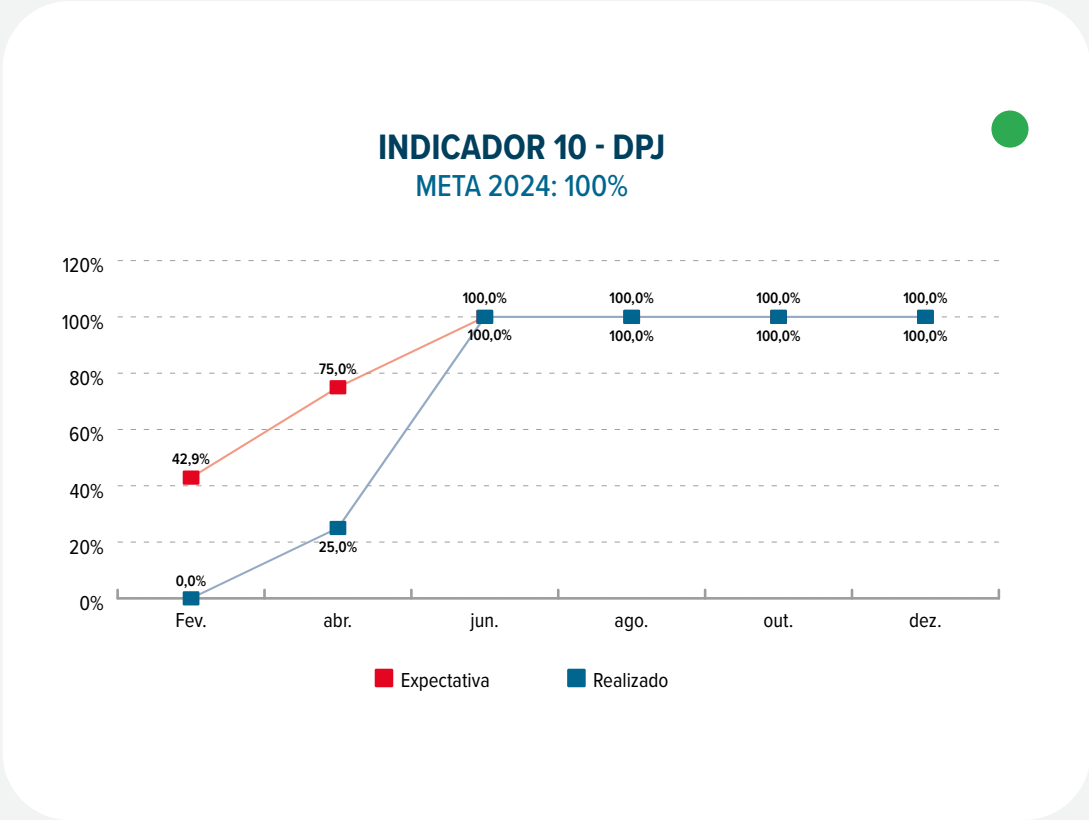


INDICADOR 10:

ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS DE PESQUISA EM FORMATO ABERTO E NÃO PROPRIETÁRIO mede o percentual de divulgação de informações primárias em formato aberto e não proprietário aptas a fomentar uma análise do Poder Judiciário por pesquisadores ou por entidades que estudam e propõem políticas públicas. Não são contabilizadas as pesquisas e fontes de dados que abrangem dados pessoais e sensíveis. É de responsabilidade do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

Houve alteração na forma de apresentação dos resultados entre os meses de fevereiro e abril, voltando à metodologia anteriormente adotada a partir de junho.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



PESQUISAS A SEREM PUBLICADAS EM 2024
Relatório “A Tramitação dos Processos Judiciais que Envolvem a Pessoa Idosa no Brasil”
Relatório “Crimes Ambientais na Amazônia Legal”
Relatório Mês Nacional do Juri 2023
Relatório Justiça em Números 2024
8.º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário
Mapa Nacional do Júri
Novo Painel da Saúde
Novo Painel CACOL

Objetivo Estratégico 5: Aprimorar as inspeções e correções

Criar mecanismos para aperfeiçoar realização de inspeções e correções, buscando, também, prevenir desvios de conduta e práticas que possam caracterizar delitos nos órgãos do Poder Judiciário, na área finalística ou administrativa, com ampla visibilidade dos resultados à sociedade, naquilo que couber; além da estruturação de sistema de gestão da integridade com diretrizes e requisitos de comportamento.



Indicadores de Desempenho

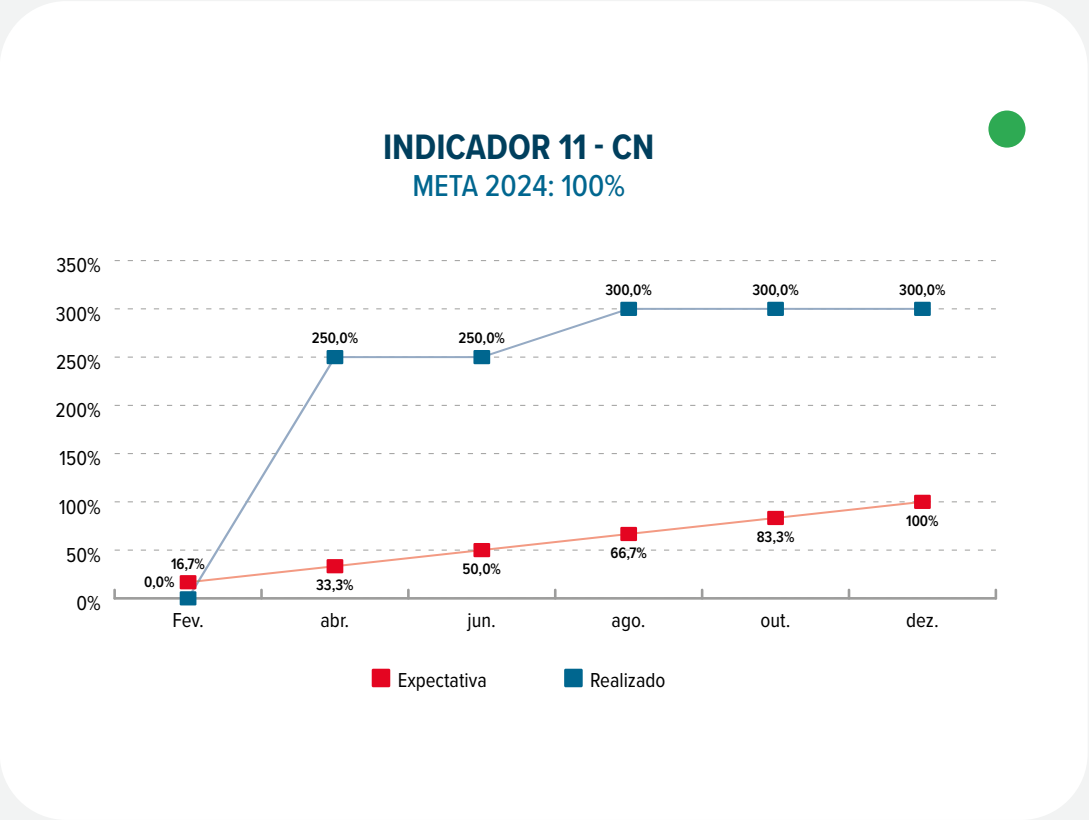
INDICADOR 11:

ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO DAS INICIATIVAS QUE APRIMOREM AS INSPEÇÕES E CORREIÇÕES mede o percentual de execução de todas as ações e de todos os projetos elaborados pela Corregedoria Nacional de Justiça que dizem respeito ao aprimoramento das inspeções e correições. É de responsabilidade da Corregedoria Nacional de Justiça (CN).

Ações/projetos que compõem o indicador em 2024

- ▶ Inspeção Anual do funcionamento do Sistema SNA; e
- ▶ Realizar inspeção na Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) de ao menos 20% dos tribunais de justiça programados para serem inspecionados em 2023.

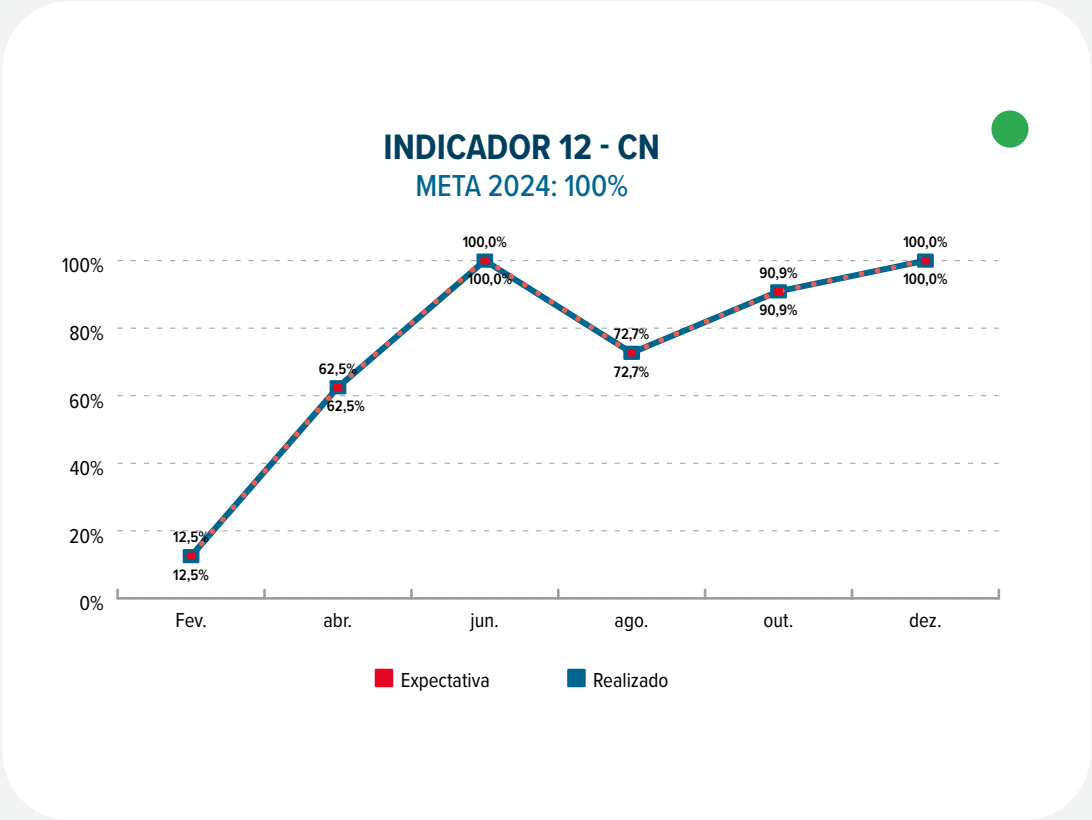
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 12:

ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PLANO DE INSPEÇÕES mede o percentual de inspeções realizadas no ano de referência. É de responsabilidade da Corregedoria Nacional de Justiça (CN).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Objetivo Estratégico 6: Fomentar a melhoria dos serviços extrajudiciais

Implementar medidas de aprimoramento e modernização das atividades extrajudiciais, a fim de proporcionar mais eficiência e qualidade à atividade notarial e registral do país.



Indicadores de Desempenho

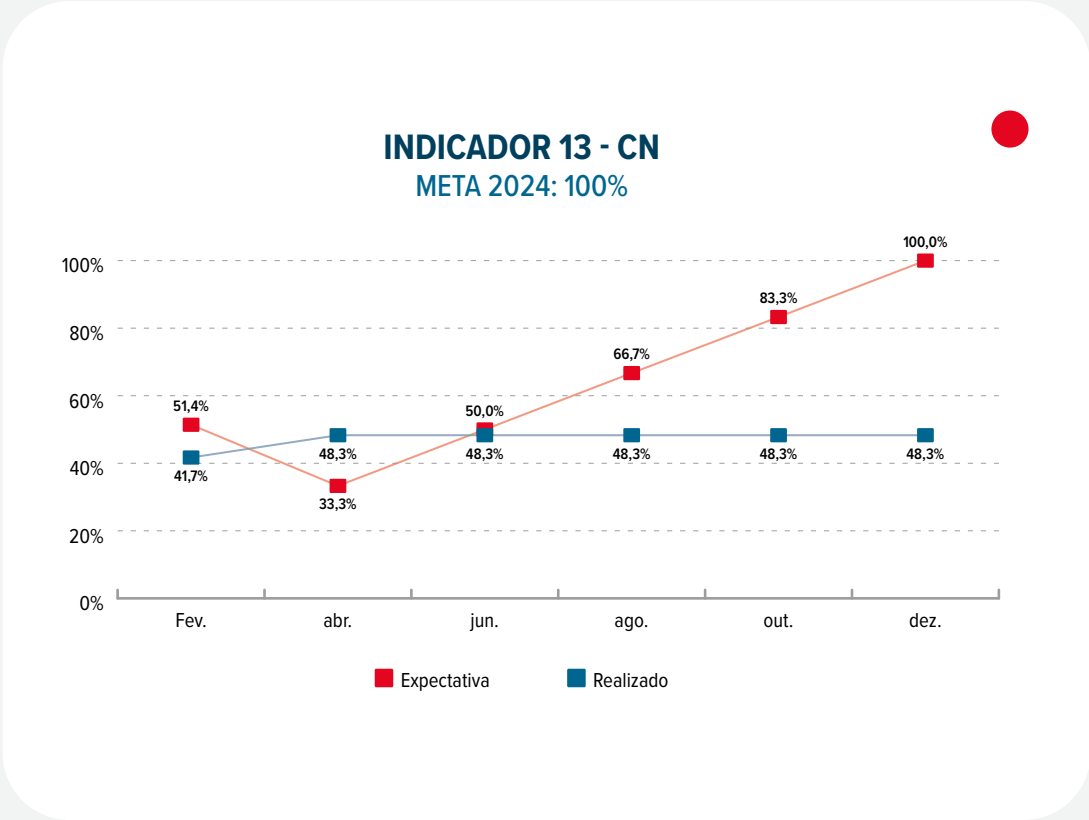
INDICADOR 13:

ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE FOMENTO À MELHORIA DOS SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS
mede o percentual de execução das ações de aperfeiçoamento dos serviços extrajudiciais. É de responsabilidade da Corregedoria Nacional de Justiça (CN).

Ações/projetos que compõem o indicador

- ▶ Implantação do Sistema Eletrônico de Registros Públicos;
- ▶ Conciliação e Mediação na Prática; e
- ▶ Banco de Precedentes da CONR.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Objetivo Estratégico 7: Fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos.

Reforçar a integração do CNJ com órgãos e entidades dos Três Poderes, Ministério Público, Defensoria Pública e organizações da sociedade civil em busca de proposições e ações que tenham por foco a proteção e a promoção dos direitos humanos por meio de projetos e iniciativas voltados aos direitos fundamentais e cidadania.



Indicadores de Desempenho

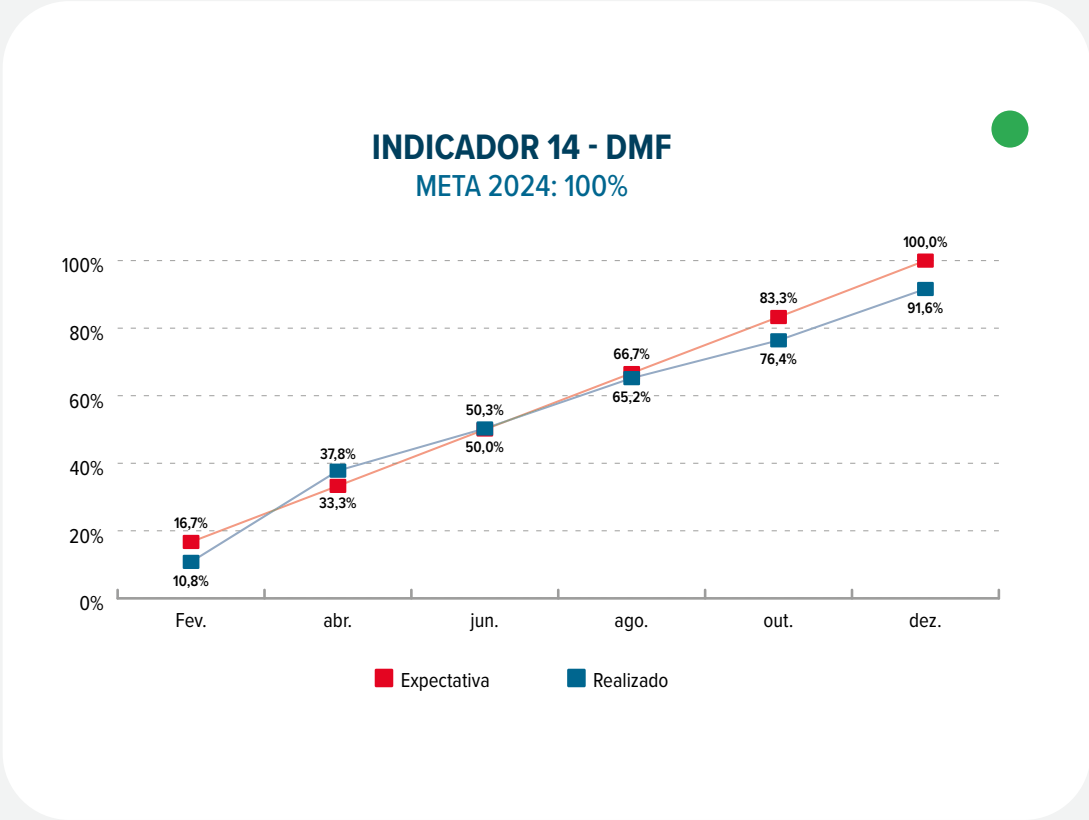
INDICADOR 14:

ÍNDICE DE IMPLEMENTAÇÃO DAS INICIATIVAS QUE PROMOVAM OS DIREITOS DE CIDADANIA mede o percentual de implantação dos projetos: Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU); Biometria e Documentação da População Prisional; Audiências de Custódia; Controle da Superpopulação; Fomento à Cidadania no Sistema Prisional e Atenção à População Egressa; Fortalecimento e Qualificação do Sistema Socioeducativo. É de responsabilidade do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF).

Ações/projetos que compõem o indicador

- ▶ SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado), Identificação e Documentação da população prisional;
- ▶ Controle da porta de entrada do sistema penal;
- ▶ Fomento a trabalho e renda no sistema prisional e atenção às pessoas privadas de liberdade e egressas;
- ▶ Qualificação do Sistema Socioeducativo; e
- ▶ Comitês de Políticas Penais.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
	Prevjud – Automação de Processos Previdenciários – Justiça 4.0	SEP	94,2%	92,2%
	Demandas Complexas	SEP	7,8%	7,3%
	Consulta Nacional de Pessoas (FAC Nacional)	SEP	52,0%	29,0%
	Nacionalização SAREF - Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial	SEP	100,0%	49,0%
	SisPreq – Sistema de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	SEP	58,2%	52,1%
	Itinerância Cooperativa na Amazônia Legal - 1.ª Edição de 2024 - Humaitá e Lábrea/AM	SEP	75,0%	75,0%
	Sisperjud	SEP	80,3%	80,6%
	BNMP 3.0 - Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões - 2.ª Fase	DTI	100,0%	100,0%
	Fonajus itinerante	Gabinete do cidadão indicado pela Câmara dos Deputados	83,0%	83,0%
	Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos - Fase 2	DMF	46,0%	46,0%
	Alternativas Penais (sistema penal)	DMF	100,0%	100,0
	Audiência de Custódia (sistema Penal)	DMF	100,0%	100,0

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
	Monitoração Eletrônica (sistema penal)	DMF	100,0%	100,0
	Plano Nacional de Fomento à Leitura (sistema penal)	DMF	100,0%	100,0
	Plano Nacional de Fomento ao Esporte e Lazer (sistema penal)	DMF	50,0%	50,0%
	Atenção às Pessoas Egressas e Escritório Social (sistema penal)	DMF	100,0%	100,0
	Fortalecimento da Participação Social (sistema penal)	DMF	100,0%	100,0
	Comitê de Políticas Penais (sistema penal)	DMF	100,0%	100,0
	Mutirão Processual Penal (sistema penal)	DMF	100,0%	100,0
	Sistema Eletrônico de Execução Unificado (sistema penal)	DMF	100,0%	100,0
	Atendimento Inicial e Núcleo de Atendimento Integrado (sistema socioeducativo)	DMF	100,0%	100,0
	Central de vagas (sistema socioeducativo)	DMF	100,0%	100,0
	Audiência Concentrada (sistema socioeducativo)	DMF	100,0%	100,0
	Programa pós-medida (sistema socioeducativo)	DMF	100,0%	100,0

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
●	Ação Nacional de cultura (sistema socioeducativo)	DMF	100,0%	100,0
●	Aprendizagem (sistema socioeducativo)	DMF	100,0%	100,0
●	Plataforma Socioeducativa	DMF	100,0%	100,0
●	Inspeção judicial	DMF	75,0%	75,0%
●	Enfrentamento da tortura	DMF	75,0%	75,0%
●	Populações com vulnerabilidade acrescida	DMF	100,0%	100,0
●	Saúde mental	DMF	100,0%	100,0
●	Políticas de drogas	DMF	100,0%	100,0
●	Documentação civil	DMF	100,0%	100,0
●	Articulação Internacional e Proteção dos Direitos Humanos	DMF	75,0%	75,0%
●	Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF)	DMF	100,0%	100,0
●	Formação e cultura Institucional	DMF	100,0%	100,0

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
●	Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	DMF	50,0%	50,0%
●	Programa Novos caminhos	DMF	38,0%	38,0%

Objetivo Estratégico 8: Fortalecer a Política Judiciária de soluções alternativas de conflitos e a desjudicialização

Incentivar a política de conciliação e a mediação como instrumentos efetivos de pacificação social para solução e prevenção de litígios. Sensibilizar os órgãos de representação Judiciária dos entes públicos no sentido de buscar, sempre que possível, a solução consensual dos litígios, bem como estabelecer critérios objetivos para inibir a utilização de “manobras processuais” que visem apenas postergar o fim do processo.



Indicadores de Desempenho

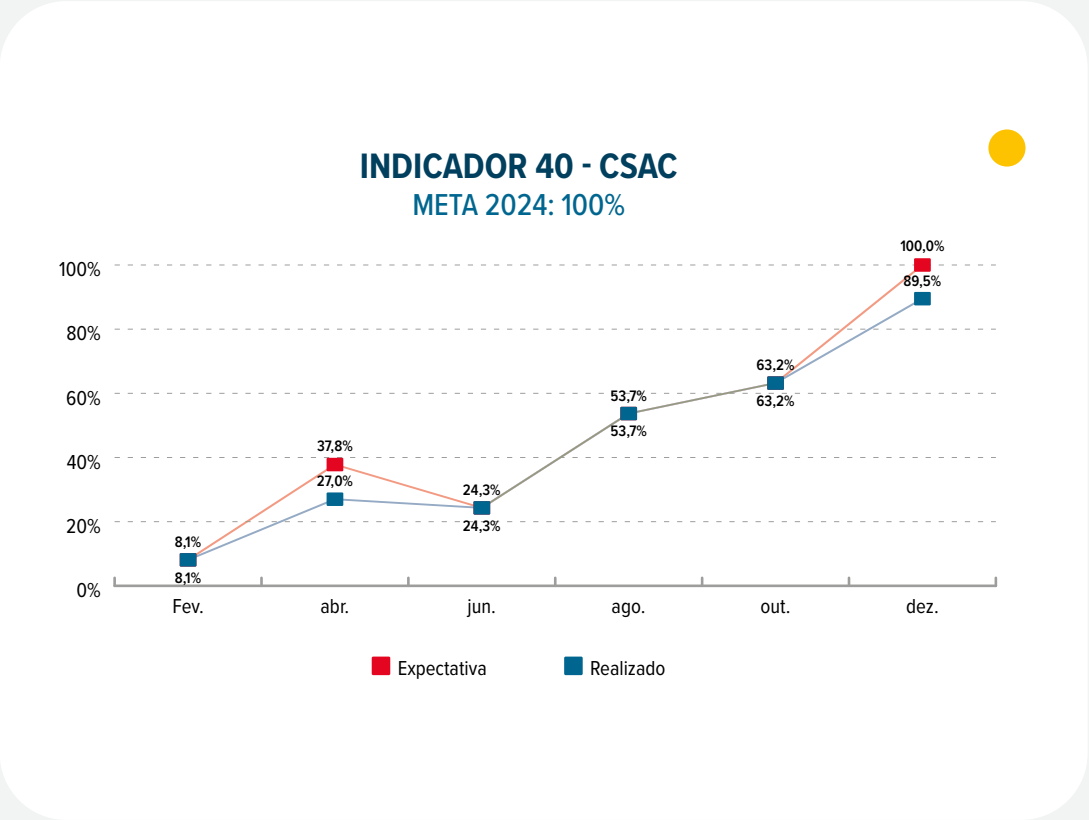
INDICADOR 40:

ÍNDICE DE IMPLEMENTAÇÃO DAS INICIATIVAS QUE PROMOVAM A POLÍTICA DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITOS mede o percentual de implantação das ações planejadas no ano. É de responsabilidade da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos (CSAC).

Ações/projetos que compõem o indicador

- ▶ Prêmio Conciliar é Legal;
- ▶ Semana da Conciliação;
- ▶ Diagnóstico sobre a Estrutura Judiciária para Política; e
- ▶ Capacitação em Mediação e Conciliação.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Objetivo Estratégico 9: Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital

Desenvolver ações e disseminar práticas que estimulem a inovação tecnológica para a ampliação da transformação digital e da inteligência artificial no Poder Judiciário. Ainda, desenvolver ações tecnológicas que promovam a materialização de políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário, como o Processo Judicial Eletrônico, dentre outras políticas nacionais, com base nos princípios da eficiência, eficácia, economicidade e efetividade.

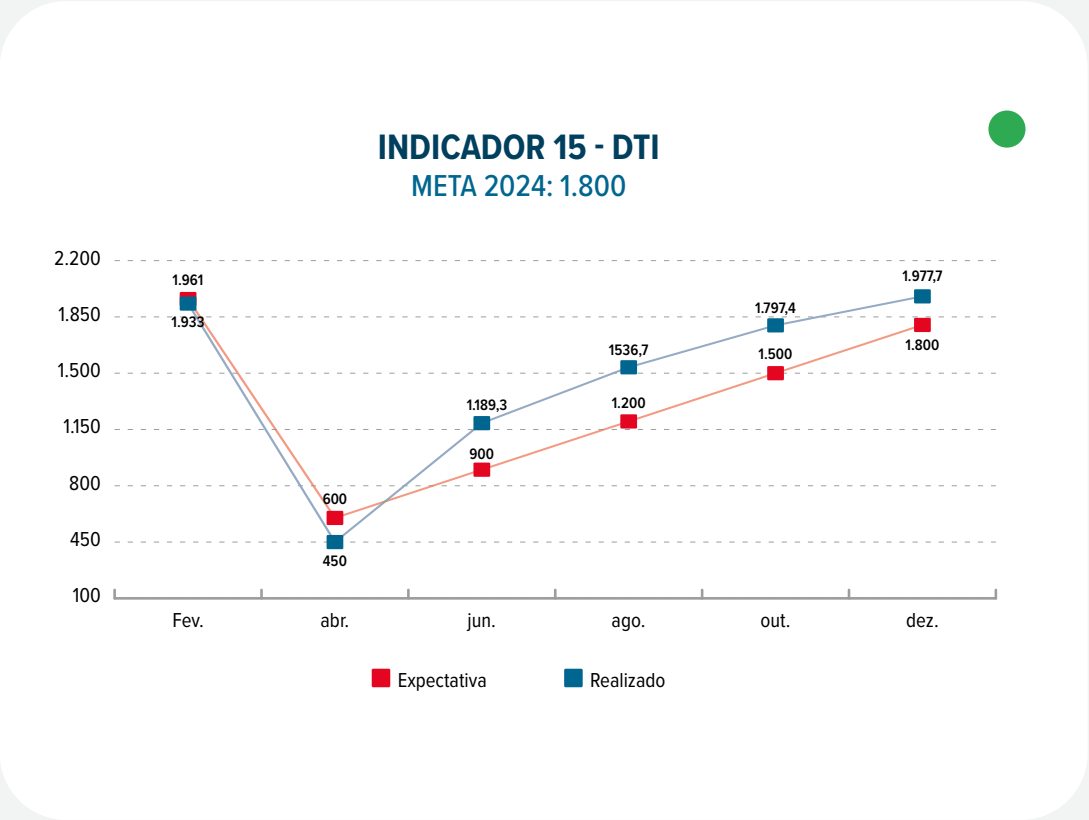


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 15:

TOTAL DE INICIATIVAS COMPARTILHADAS avalia o somatório de iniciativas publicadas (projetos, ações e atividades de TIC do Poder Judiciário) em canais estabelecidos, de modo a impulsionar a colaboração, a integração e o compartilhamento de experiências e boas práticas de TIC. É de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI). Este indicador foi aprimorado entre fevereiro e abril, por isso a curva foi alterada neste período.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
	SNIPER - Justiça 4.0	SEP	100,0%	100,0%
	SNGB - Sistema Nacional de Gestão de Bens (antigo Novo SNBA)	SEP	100,0%	100,0%
	SNGB- Melhorias Evolutivas	SEP	37,7%	36,4%
	SPVATJUD	SEP	95,7%	95,8%
	SNA - Novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento	SEP	54,4%	22,8%
	Pesquisa IA 2023 - Mapeamento dos projetos de Inteligência Artifical em desenvolvimento pelos tribunais brasileiros	SEP	100,0%	100,0%
	Mineração de Processos do Pje	DTI	95,0%	95,0%
	PDPJ Conecta	DTI	43,0%	22,2%
	Serviços estruturantes da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br)	DTI	100,0%	100,0%
	Domicílio Judicial Eletrônico	DTI	100,0%	100,0%
	Monitoramento: soluções da PDPJ-Br	DTI	100,0%	100,0%
	Apoio a implantação de soluções da PDPJ-Br	DTI	66,1%	51,9%

Objetivo Estratégico 10: Aprimorar a governança e a gestão da tecnologia e comunicação sob a ótica de soluções colaborativas

Desenvolver e disseminar práticas reconhecidas de governança e de gestão de TI, garantindo o alinhamento com a estratégia do CNJ e do Poder Judiciário e tendo como referência o desenvolvimento colaborativo, sempre que cabível.

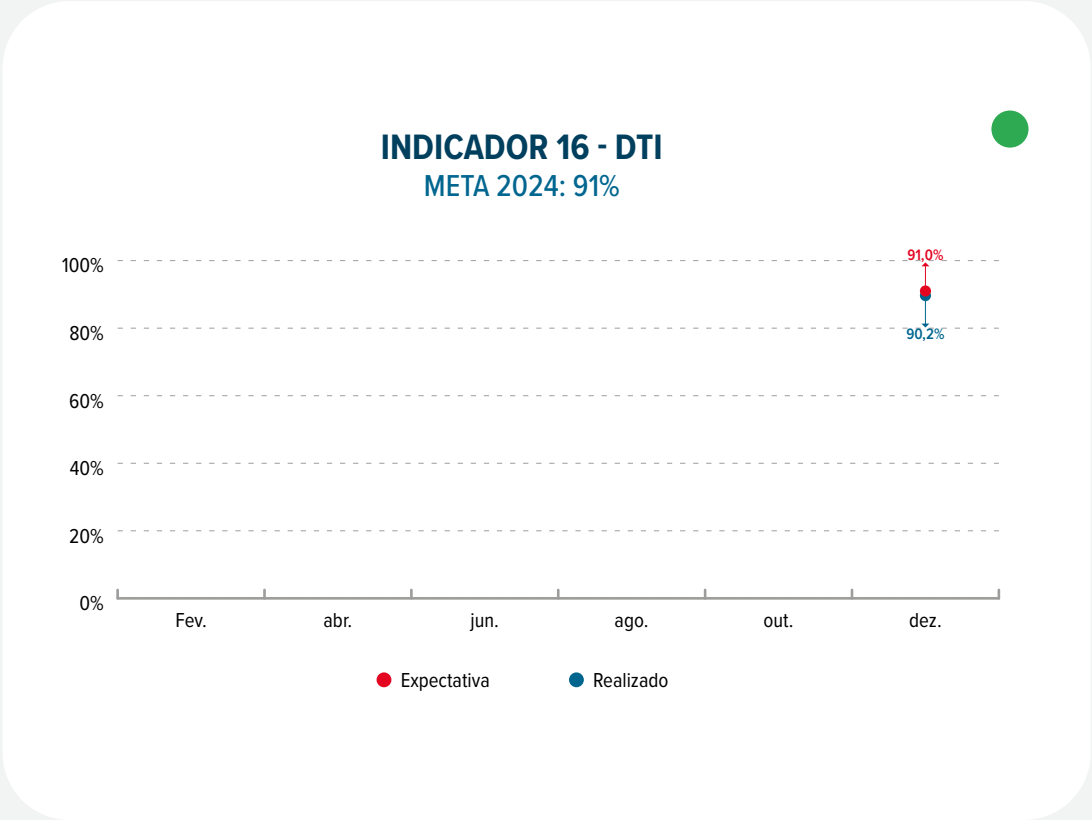


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 16:

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DE TIC mede a satisfação dos usuários de TIC do CNJ. É de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI). Este indicador é medido uma vez por ano.

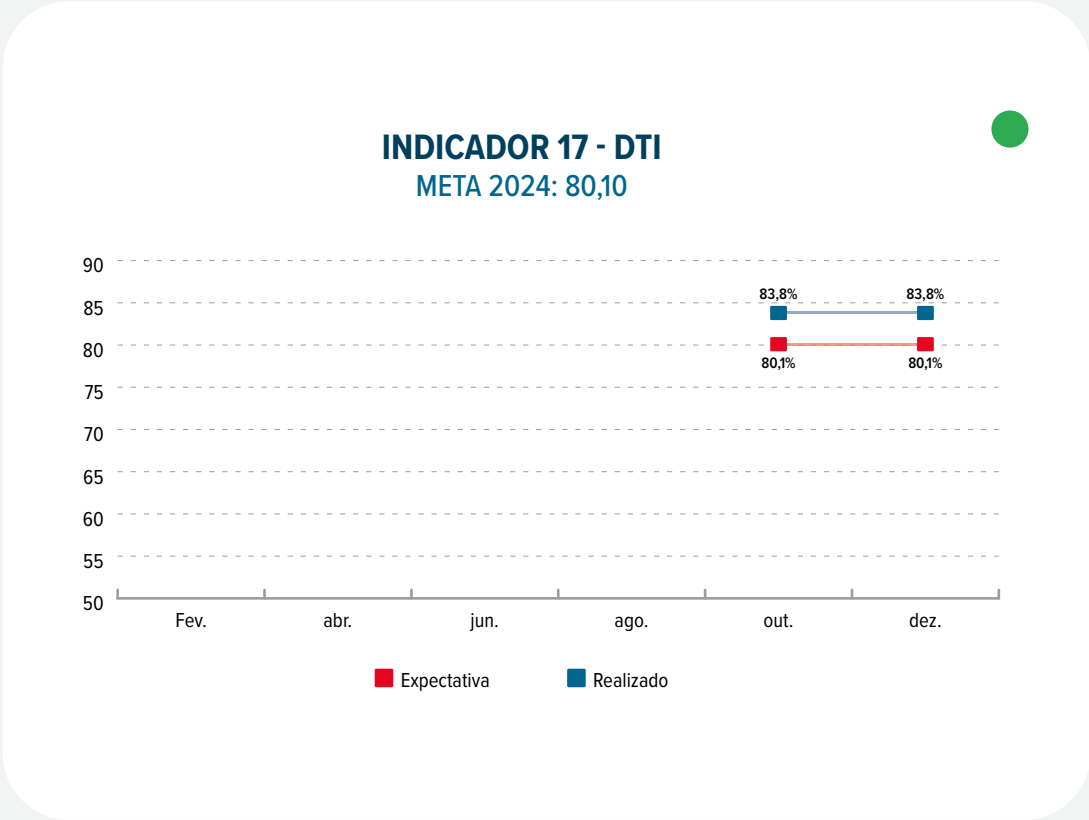
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 17:

EVOLUÇÃO DO PERFIL DE GOVERNANÇA DE TI – IGOVTIC-JUD identifica, avalia e acompanha a situação da Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do CNJ. É de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI). Esse indicador é medido uma vez por ano e foi mensurado no 5.º bimestre. No 6.º, houve repetição da informação.

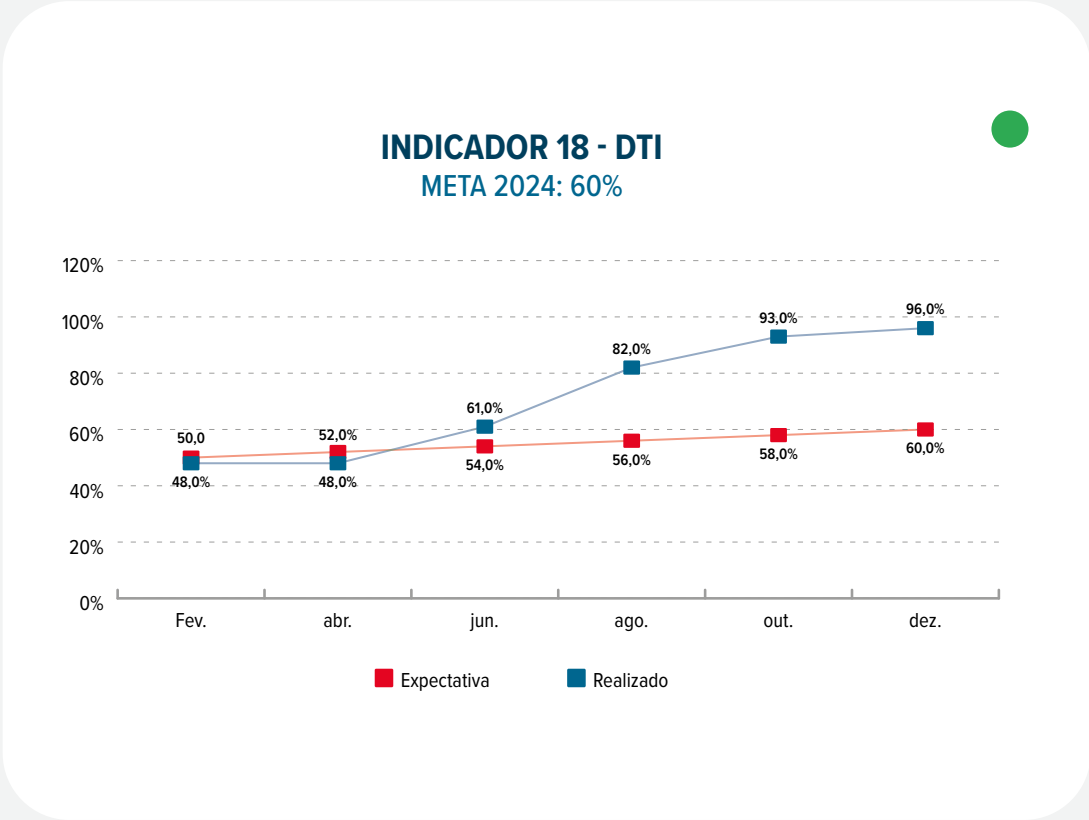
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 18:

ÍNDICE DE SOLUÇÕES DE TIC DE ALTA CRITICIDADE COM GESTÃO DE RISCO avalia se as Soluções de TIC de Alta criticidade possuem gestão de risco. É de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Objetivo Estratégico 11: Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ

Promover a adequação e a modernização das instalações (espaço físico, tecnológico, mobiliário, climatização, higiene, limpeza etc.) para assegurar o pleno desenvolvimento das atividades do Conselho.

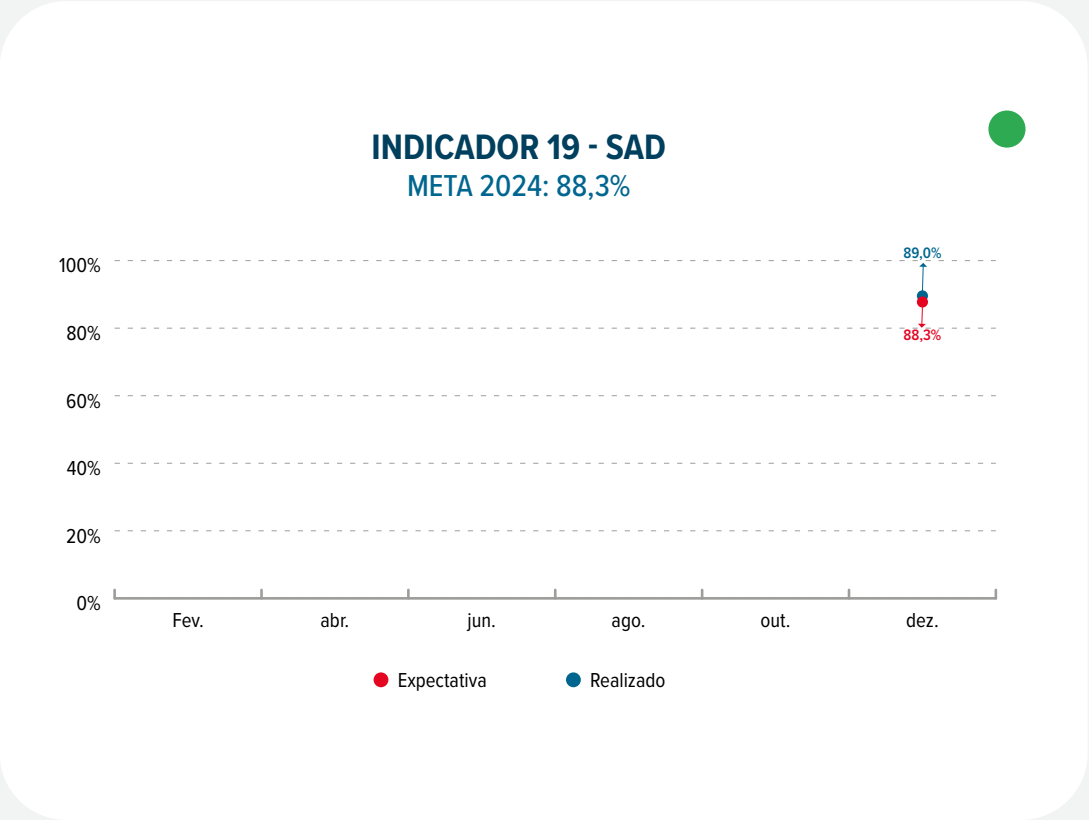


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 19:

SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS COM A ESTRUTURA FÍSICA DO CNJ avalia a qualidade e a adequação da infraestrutura física do CNJ segundo os usuários. É de responsabilidade da Secretaria de Administração (SAD). Esse indicador é de acompanhamento anual.

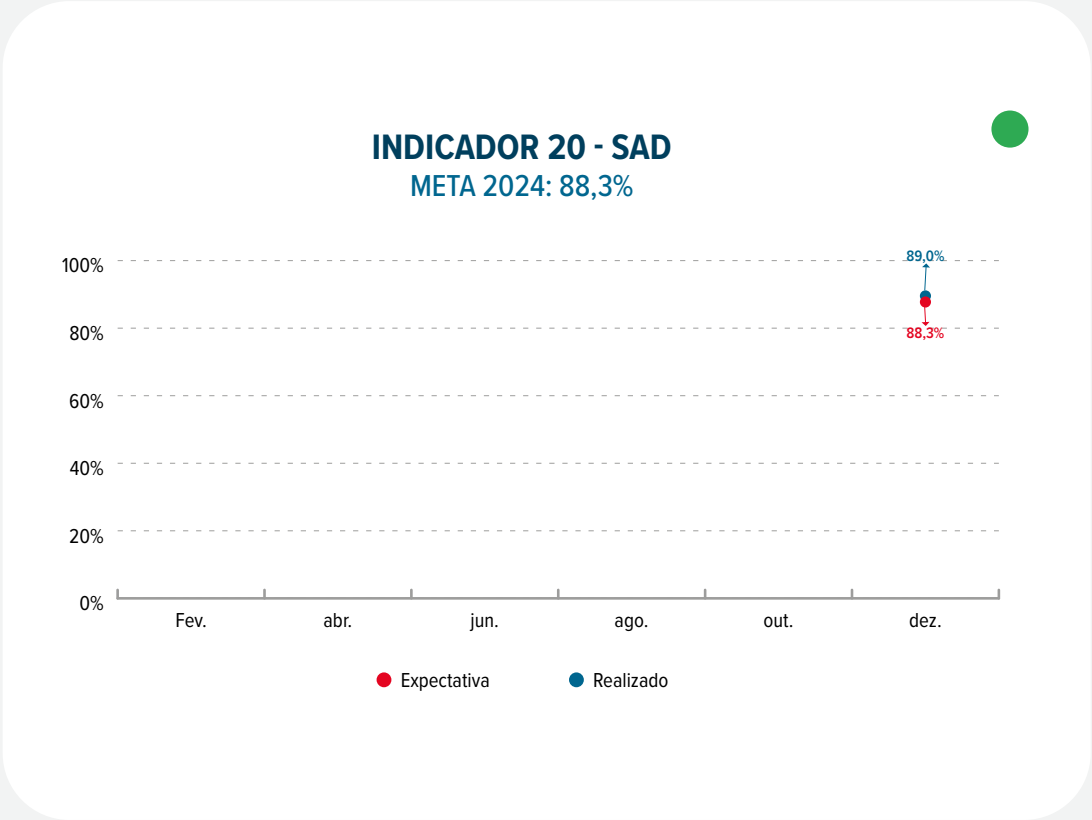
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 20:

SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS COM OS SERVIÇOS INTERNOS PRESTADOS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO mede o índice de satisfação dos usuários com os serviços internos prestados no âmbito da Secretaria de Administração. É de responsabilidade dessa secretaria. Esse indicador é de acompanhamento anual.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Objetivo Estratégico 12: Promover práticas inovadoras de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo

Adotar iniciativas que promovam melhorias e inovação nos processos que suportam as atividades do órgão, com vistas ao incentivo, sempre que possível, à adoção de modelo colaborativo no âmbito do próprio órgão e entre órgãos do Poder Judiciário.

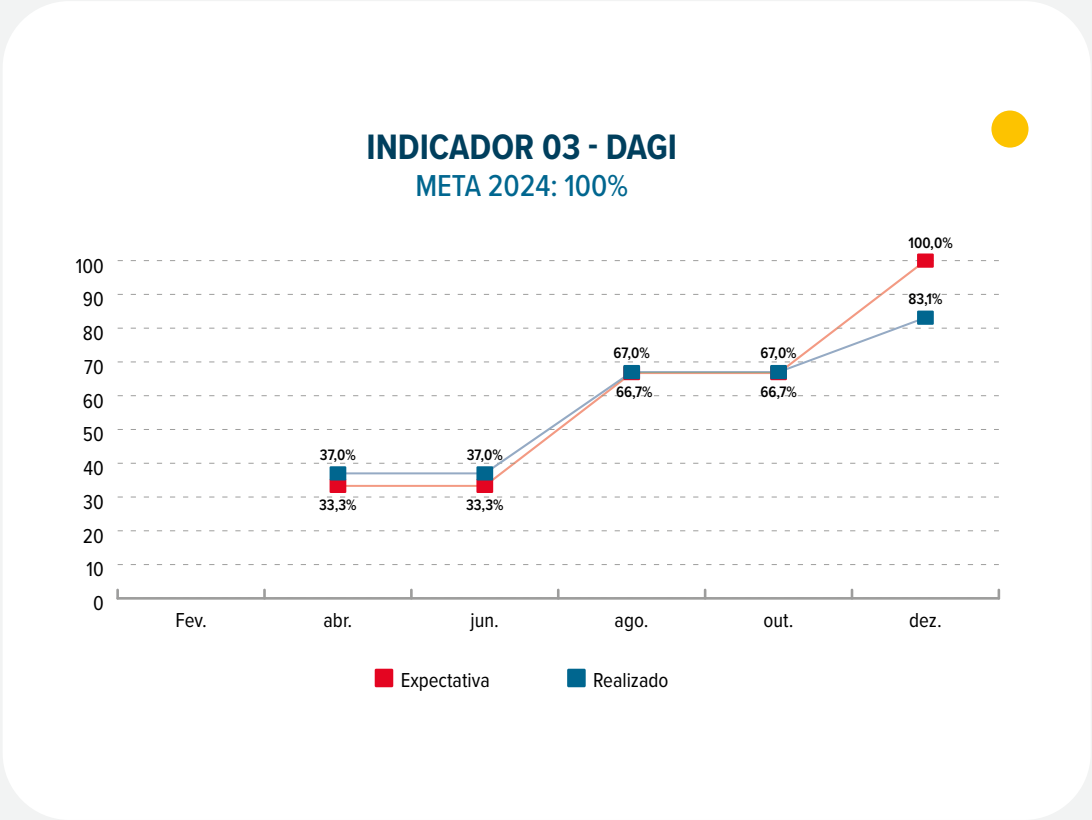


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 3:

ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DA DIRETORIA-GERAL avalia a atuação e o valor gerado pela Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria-Geral e pela Coordenadoria de Controle Interno e Gerenciamento de Riscos da Diretoria-Geral. As ações estratégicas podem ser relacionadas a alterações normativas de grande impacto institucional, criação e aprimoramento de controles, redesenho de fluxos processuais, implementação de sistemas informatizados e outros que promovam desburocratização e/ou inovação, envolvendo as unidades da DG e/ou unidades externas. Este indicador tem periodicidade quadrimestral.

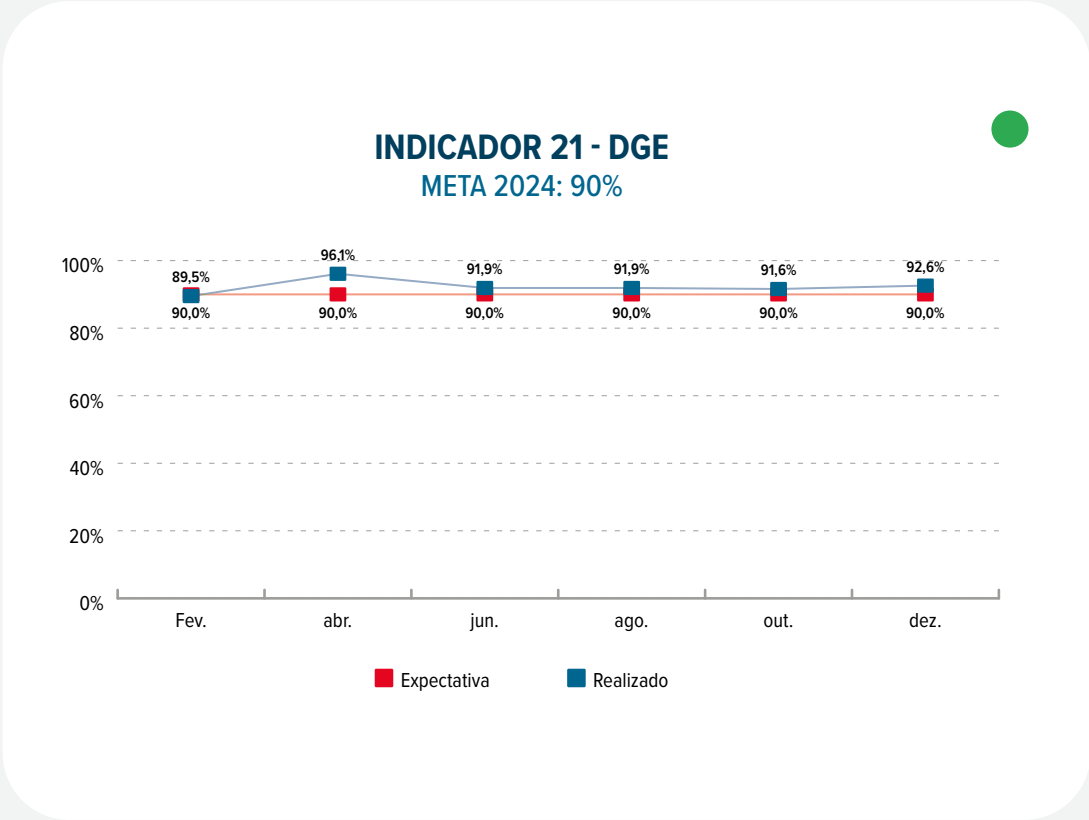
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 21:

ÍNDICE DE EFICÁCIA DO PORTAL CNJ DE BOAS PRÁTICAS DO PODER JUDICIÁRIO mede a funcionalidade, a confiabilidade, a usabilidade, a eficiência do Portal CNJ de Boas Práticas. É de responsabilidade do DGE.

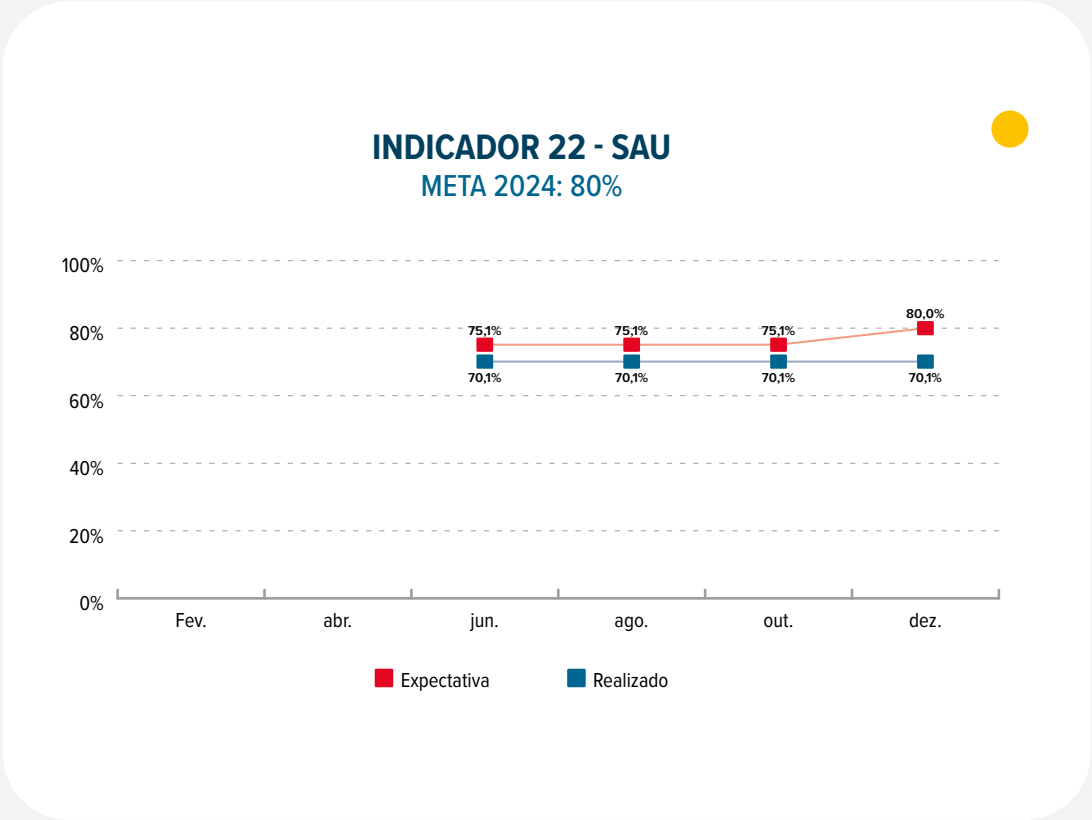
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 22:

ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DA MATURIDADE DOS PROCESSOS DE AUDITORIA mede a evolução da maturidade e confiabilidade dos trabalhos da unidade de auditoria com base nos processos-chave da unidade (KPAs) para atingimento do nível de maturidade 2 do modelo IA-CM do IIA. É de responsabilidade da Secretaria de Auditoria (SAU).

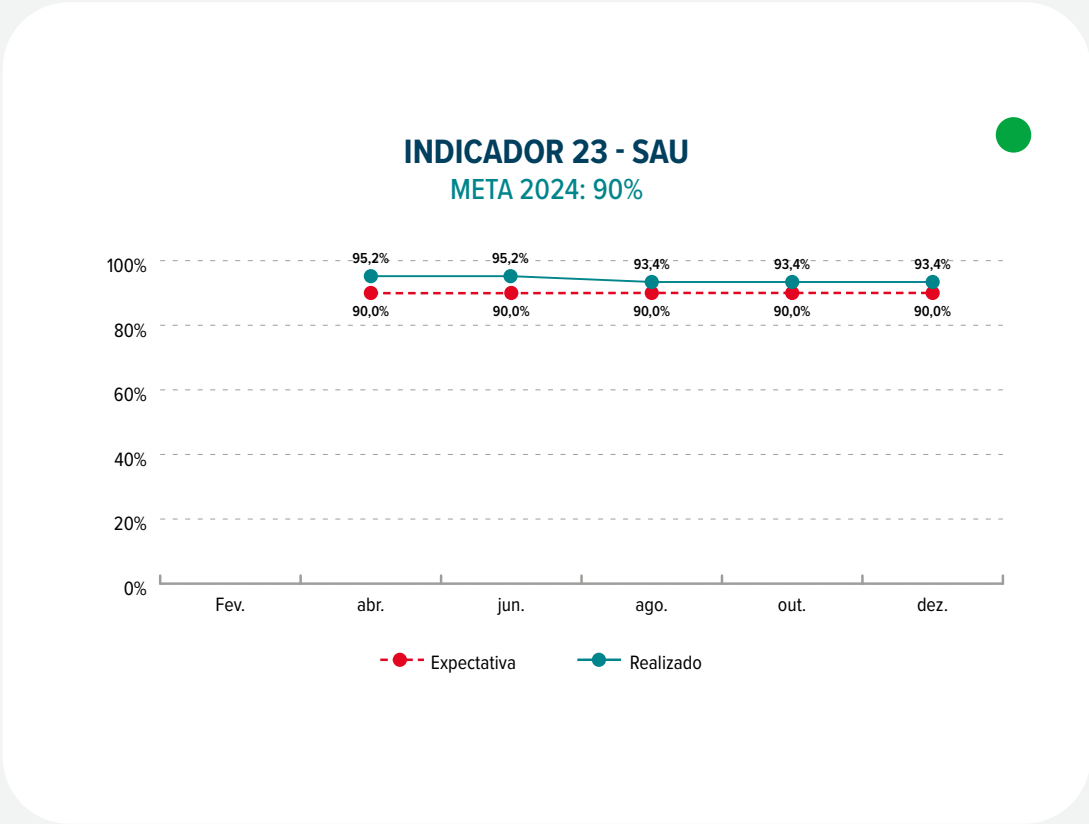
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 23:

ÍNDICE DE QUALIDADE DOS TRABALHOS DE AUDITORIA E CONSULTORIA mede a eficiência dos processos de auditoria e consultoria, incluindo o planejamento, a execução, a supervisão, a comunicação dos resultados, o monitoramento e a interação com os auditados, de forma a identificar possíveis falhas de aprimoramento. O indicador será calculado em função do Total das Avaliações Contínuas (TAC), que levam em consideração a percepção das unidades auditadas, auditores e supervisores, conforme Programa de Qualidade da Auditoria Interna (PQ-Aud). É de responsabilidade da Secretaria de Auditoria (SAU).

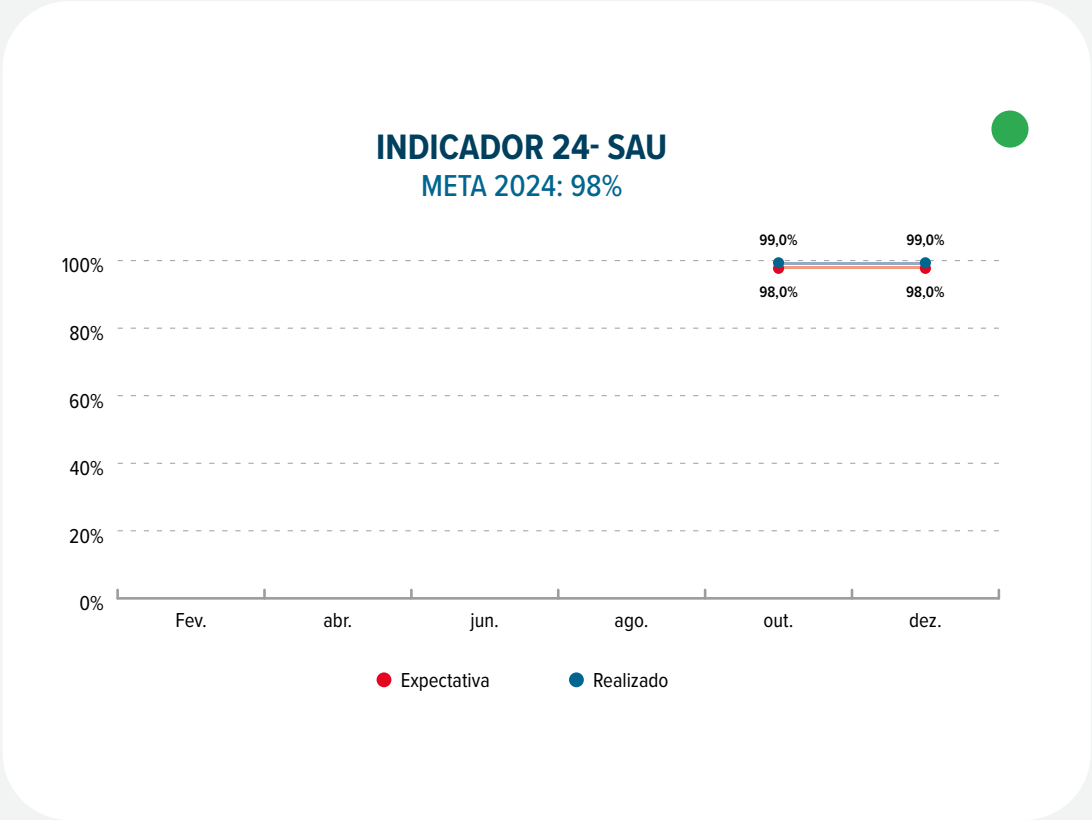
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 24:

INDICADOR 24: ÍNDICE DE ADESÃO ÀS AÇÕES COORDENADAS DE AUDITORIA mede a adesão dos tribunais e conselhos do SIAUD-Jud à ação coordenada de auditoria. É de responsabilidade da Secretaria de Auditoria (SAU).

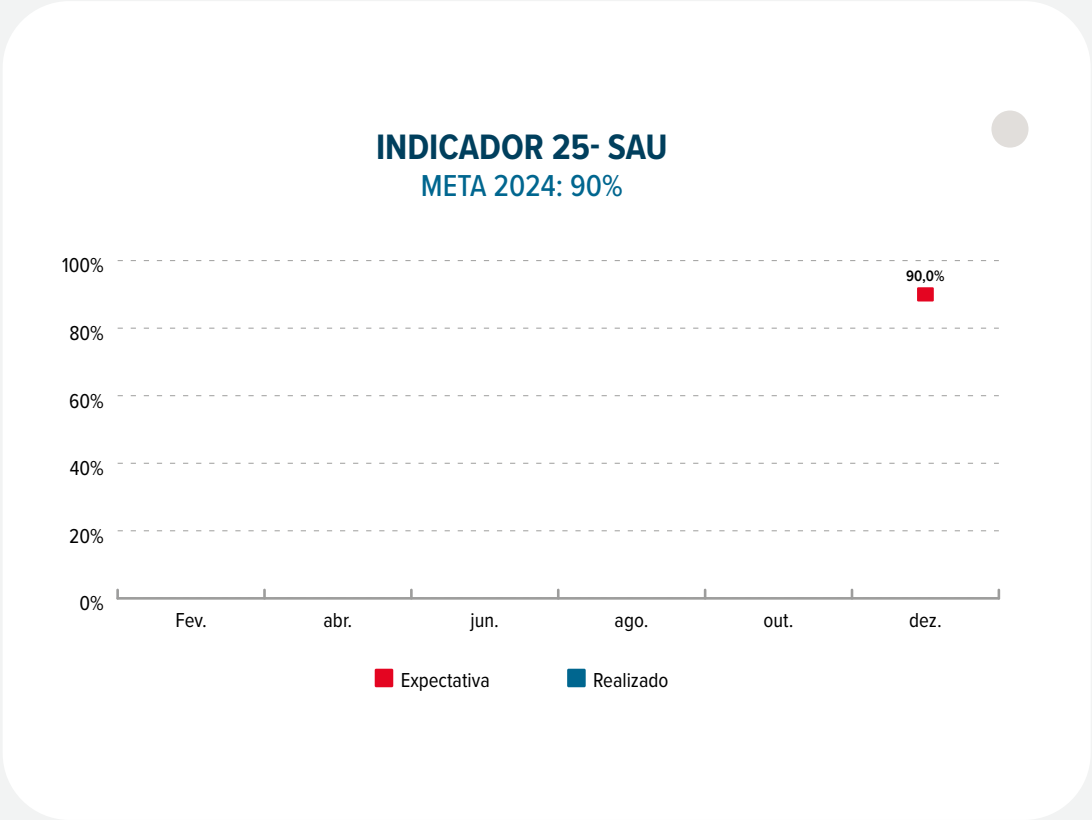
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 25:

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AÇÕES COORDENADAS DE AUDITORIA mede o índice geral de satisfação dos tribunais e conselhos do SIAUD-Jud em relação às melhorias nos processos de gestão, governança e riscos, oriundas de ações coordenadas de auditoria. É de responsabilidade da Secretaria de Auditoria (SAU).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
●	PMO Jud – Redesenho dos processos do Escritório de Projetos do Conselho Nacional de Justiça – Justiça 4.0	SEP	100,0%	100,0%
●	Plano Nacional de Inovação no Poder Judiciário	SEP	100,0%	100,0%

Objetivo Estratégico 13: Estimular a desburocratização no Poder Judiciário

Propor e adotar iniciativas que promovam simplificação e desburocratização nos processos que suportam as atividades do órgão e do Poder Judiciário, com vistas à maior eficiência e qualidade dos serviços prestados no Judiciário brasileiro.

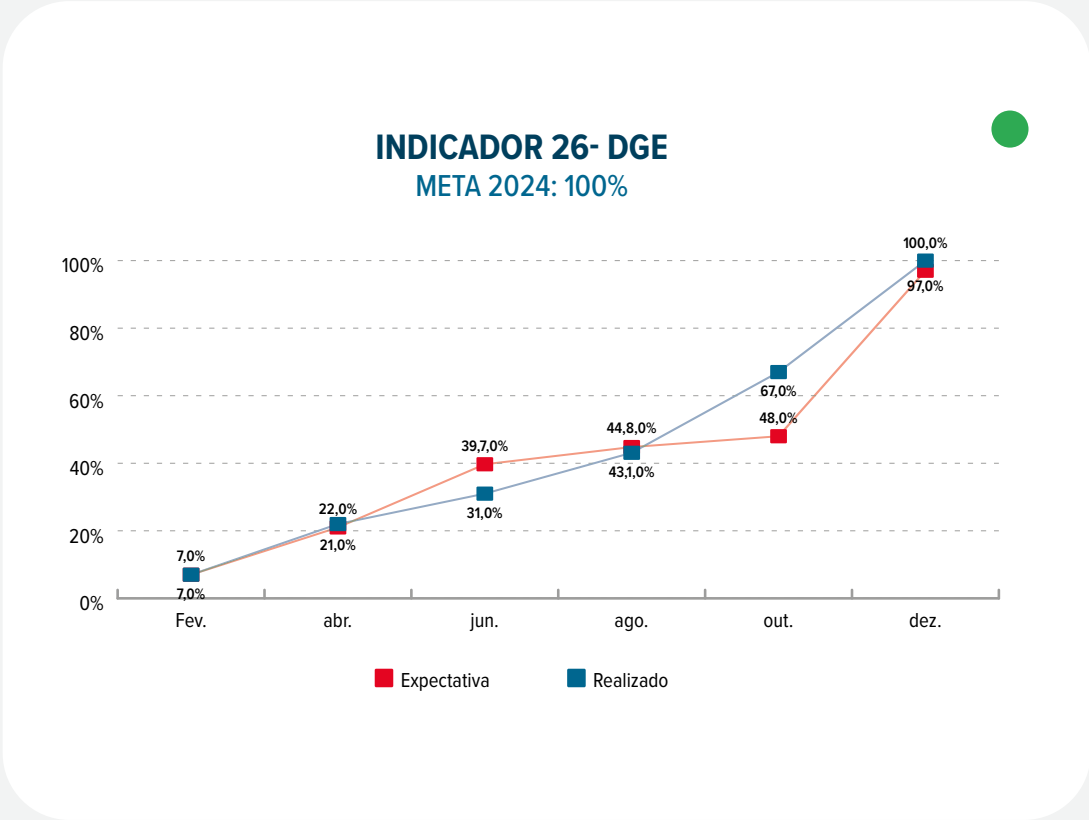


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 26:

ÍNDICE DE MELHORIAS IMPLEMENTADAS EM PROCESSOS PRIORITÁRIOS mede o percentual de ações de melhorias implementadas em processos prioritários, em relação às ações de melhorias planejadas. São considerados processos prioritários: processos indicados pela Alta Administração; processos apontados pela Secretaria de Auditoria; atividades consideradas relevantes resultantes de mapeamento dos processos organizacionais. É de responsabilidade do Departamento de Gestão Estratégia (DGE).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Ações previstas para 2024

MACROPROCESSOS PRIORITÁRIOS	
AÇÕES/ETAPAS	STATUS
Macroprocesso: Realizar o controle orçamentário, financeiro e de pessoal do PJ	
Elaboração de projeto e apresentação de proposta de tratament o dos dados no SIAFI-JUD	Concluído
Macroprocesso: Acompanhar e fiscalizar o Sistema Carcerário e de Medidas Socloeducativas	
Revisar Diagrama de Escopo e o fluxograma do macroprocesso Acompanhar e fiscalizar Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas	Concluído
Identificar nosprocessos já mapeados que atividades criticas para o cumprimento das responsabilidades indicadas para o DMF na ADPF 347 do STF e mapear o novo processo de trabalho	Concluído
Analisar, melhorar e redesenhar os processos prioritários de fiscalização e governança do DMF	Concluído
Mapear novos processos em razão na nova estrutura orgânica	Concluído
Macroprocesso: Gerir Políticas Judiciárias	
Criar e-mail institucional	Concluído
Criar carta de serviços COPJ com os produtos disponibilizados ao CNJ	Concluído
Criar espaço com informações sobre Coordenador ia de Govemança de Políticas Judiciárias (COPJ) na Intranet, dentro da página da Presidência.	Concluído
Criar formulário elet rônico de planejamento de políticas	Concluído
Realizar alinhamento de planejamento e monitoramento de políticas judiciárias com os Assessores-Chefes de Conselheiros	Concluído
Realizar capacitação em Políticas Judiciárias	Concluído
Atualizar o Painel de Políticas Judiciárias Nacionai s Programáticas	Concluído
Elaborar Pareceres sobre os resultados das Políticas a cada t roca de gestão.	Concluído

MACROPROCESSOS PRIORITÁRIOS	
AÇÕES/ETAPAS	STATUS
Criação de um sistema de governança de PJNP.	Concluído
Realizar 2 Reuniões de Acompanhamento de Políticas Judiciárias (RAP).	Concluído
Macroprocesso: Expedir e Acompanhar o Cumprimento de Ato Normativo para o Judiciário	
Revisão e mapeamento de processos de Acompanhamento do cumprimento de Resoluções	Concluído
Melhorar o Serviço Nacional de Monitoramento de Conformidades do Atos Normativos do CNJ	Concluído
Macroprocesso: Promover ações de cidadania	
Implementar a política interna de acessibilidade, delineando diretrizes e procedimentos para assegurar a inclusão de todas as pessoas, garantindo assim um ambiente organizacional que promova a equidade e a participação de todos as pessoas.	Concluído
Integração do Sistema de Recursos Humanos: Fomentar a integração completa do sistema de recursos humanos com as questões de acessibilidade, garantindo que as políticas de recrutamento, seleção, treinamento e desenvolvimento estejam alinhadas com as diretrizes de inclusão, proporcionando oportunidades igualitárias para todas as pessoas.	Concluído
Minimizar as barreiras na comunicação, tanto internas quanto externas, tornando-as acessíveis a todos os públicos, utilizando formatos alternativos, como áudio, vídeo e texto legível, garantindo assim que a informação seja facilmente compreendida e acessível a todas as pessoas e partes interessadas.	Concluído
Acompanhamento da implementação das recomendações da auditoria indicadas no Relatório de Auditoria em acessibilidade digital	Concluído
Macroprocesso: Promover a comunicação institucional e a interlocução entre os órgãos do Poder Judiciário	
Criar estratégia de divulgação do Programa de Poder Judiciário na promoção de Direitos Humanos	Concluído
Criar e implementar o “Manual de Serviços da Comunicação Social”, destinado às unidades internas para orientar sobre como solicitar apoio estratégico de criação, divulgação e cobertura das atividades do CNJ.	Concluído
Implementar infográficos para ilustrar Resoluções do CNJ com aplicação de linguagem simples	Concluído
Reformulação da página inicial do portal do CNJ	Concluído

MACROPROCESSOS PRIORITÁRIOS	
AÇÕES/ETAPAS	STATUS
Propor reformular Resolução de Comunicação do Poder Judiciário, com vistas a fortalecer a Comunicação Social nos Tribunais	Concluído
Criar e implementar box explicativo para expressões jurídicas nas matérias produzidas para o site e em vídeos das sessões plenárias	Não concluído
Definir novos fluxos nas unidades que compõem a Secretaria de Comunicação Social	Concluído
Criar e apoiar campanhas com foco no combate ao assédio contra a mulher, proteção à infância, entre outras prioritárias da gestão	Concluído
Lançamento de rede de comunicação do Poder Judiciário	Concluído
Ampliação de canais oficiais de comunicação interna com servidores e todos que atuam no CNJ	Concluído
Fomentar matérias positivas na imprensa sobre a atuação do CNJ	Concluído
Macroprocesso: Promover estudos e diagnósticos do PJ	
Desenvolvimento de painéis de monitoramento do percentual de participação feminina e da participação de negros/as no judiciário, reduzindo a necessidade de produção de dados e relatórios pontuais;	Concluído
Melhoria dos painéis temáticos do DataJud, com extração centralizada e DataMart que poderá proporcionar melhor organização dos processamentos e das datas de atualização;	Concluído
Eliminação de coleta manual dos resultados da semana da Justiça pela paz em casa, com centralização dos dados via DataJud;	Concluído
Promover atualizações do Sistema Nacional de Adoção	Concluído
Macroprocesso: Gerir a Estratégia do PJ	
Estudo, análise, planejamento e levantamento das ações de melhorias dos macroprocessos prioritários do CNJ	Concluído
Revisar Cadeia de Valor, Cadeia de Valor Desdobrada, Modelo de Negócios e Diagrama de Escopo dos macroprocessos do CNJ	Concluído
Revisar o processo de Disseminando Boas Práticas no Judiciário	
Melhorar o Portal de Transparência do CNJ	Concluído

MACROPROCESSOS PRIORITÁRIOS	
AÇÕES/ETAPAS	STATUS
Melhorar o monitoramento dos indicadores de desempenho dos macroprocessos com a elaboração POPs e a sistemática de levantamento e monitoramento do indicador 26 de PE e do monitoramento dos indicadores dos macroprocessos e com a elaboração de relatórios bimestrais de monitoramento e estabelecimento de metas.	Concluído
Redefinir layout do Portal de Processos, integrando macroprocessos e processos	Concluído
Elaboração de painel interativo (dashboard) para acompanhamento da execução do PLS/ CNJ	Concluído
Macroprocesso: Coordenar ações de segurança do PJ com vistas à integração e cooperação mútua	
Inserir o Protocolo de Interação: Polícia Judicial-Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA no Planejamento de Capacitação da Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário (ANSPJ)	Concluído
Sugerir a criação de grupo de trabalho destinado à elaboração da doutrina técnico-normativa da Polícia Judicial do PJ	Concluído
Criar a aba de informações do DSIPJ na internet e intranet	Concluído
Propor a Reformulação da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário (PNSPJ)	Concluído
Propor a Reformulação do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário (SINSPJ)	Concluído
Identificar, revisar e mapear processos de trabalho decorrentes da alteração da estrutura orgânica e normativos	Concluído
Coordenar a definição e a implantação do sistema informatizado de inteligência do PJ	Concluído
Propor o Projeto Estratégico “Polícia Judicial Amiga dos Povos Originários”	Concluído
Propor o Projeto Estratégico “Polícia Judicial Amiga das Pessoas em Situação de Rua”	Não concluído
Prover o aparelhamento da Academia Nacional de Segurança do PJ (ANSPJ)	Concluído
Planejar a confecção da matriz curricular nacional e do projeto pedagógico nas matérias afetas à Segurança e Inteligência, no âmbito da Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário (ANSPJ)	Concluído
Propor a modernização dos sistemas de segurança predial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	Concluído

MACROPROCESSOS PRIORITÁRIOS	
AÇÕES/ETAPAS	STATUS
Macroprocesso: Gestão Administrativa e de aquisições/contratações	
Revisar processos decorrentes da alteração da estrutura orgânica e normativos	Concluído
Macroprocesso: Gestão de Pessoas	
Revisar e mapear processos decorrentes da alteração na estrutura orgânica e de melhorias na estrutura de funcionamento da Secretaria	Concluído
Implantar melhorias do processo de dimensionamento de pessoal	Concluído

Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
	Execução Fiscal – Automação e Governança	SEP	100,0%	100,0%
	Gabinete do Juízo	SEP	74,8%	73,0%
	BNP – Pangea	SEP	80,0%	71,2%
	Fluxo Nacional Automatizado das Execuções Fiscais	SEP	66,6%	62,8%

Objetivo Estratégico 14: Impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade

Criar mecanismos para orientar a implantação e o aperfeiçoamento da gestão das políticas judiciárias voltadas à utilização racional e sustentável dos recursos naturais e para a redução dos impactos sociais, ambientais e econômicos causados pela atuação dos órgãos do Poder Judiciário. Busca-se, ainda, a melhoria da qualidade do gasto público e a garantia do pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência em todos os serviços do Poder Judiciário.

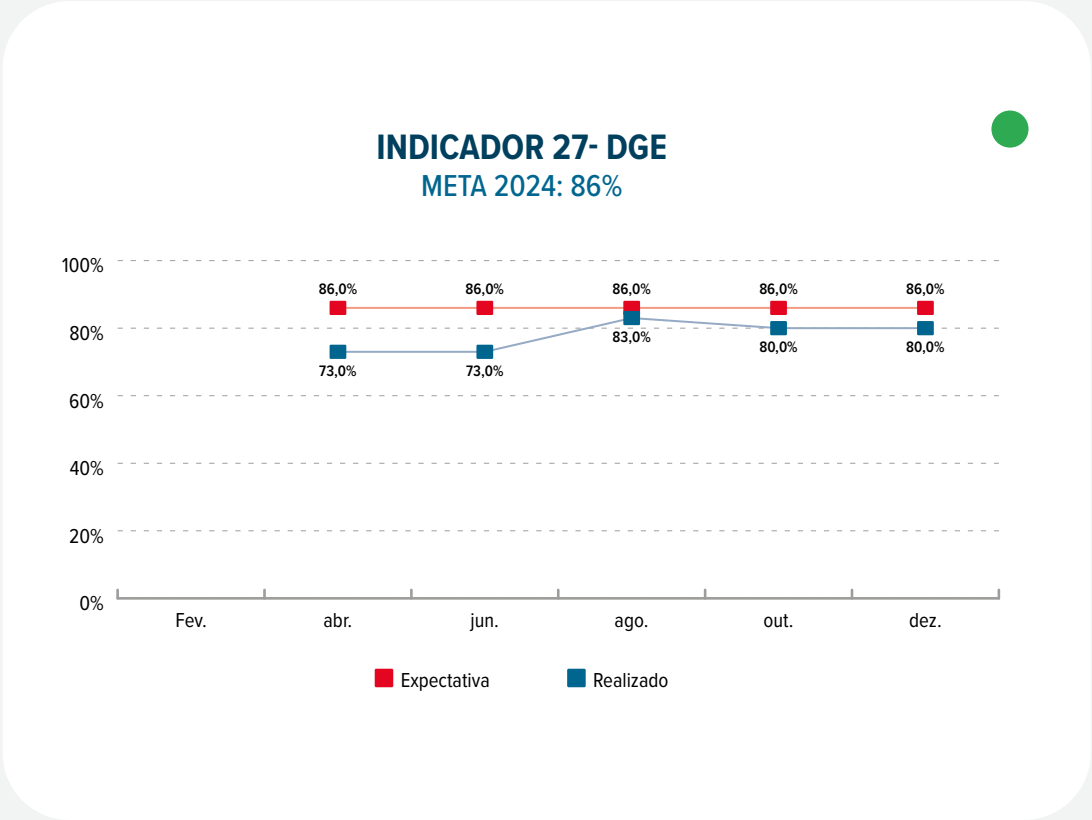


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 27:

ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL mede o índice de cumprimento de indicadores do PLS/CNJ. É de responsabilidade do Departamento de Gestão Estratégia (DGE).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
	Sirenejud 2.0	SEP	100,0%	100,0%
	Polícia Judicial Amiga dos Autistas	DSIPJ	96,3%	95,7%
	Propagar – Inclusão, Acessibilidade, Justiça e Cidadania	Gabinete do cidadão indicado pela Câmara dos Deputados	100,0%	100,0%
	Selo Linguagem Simples	Gabinete do cidadão indicado pela Câmara dos Deputados	100,0%	100,0%

Objetivo Estratégico 15: Estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário

Promover ambiente participativo e colaborativo no âmbito do CNJ e com os demais órgãos do Poder Judiciário, com vistas a melhorar os resultados organizacionais e fortalecer a imagem institucional do Conselho e do Poder Judiciário e a prestação de contas à sociedade. Visa implementar ações para facilitar a troca de informações em todos os níveis da Justiça, com os demais poderes e entidades públicas e privadas para viabilizar o alcance dos seus objetivos.



Indicadores de Desempenho

INDICADOR 28:

ÍNDICE DE PROMOÇÃO E REPERCUSSÃO DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COM A SOCIEDADE mede a eficácia (alcance) das publicações em redes sociais. É de responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social (SCS).

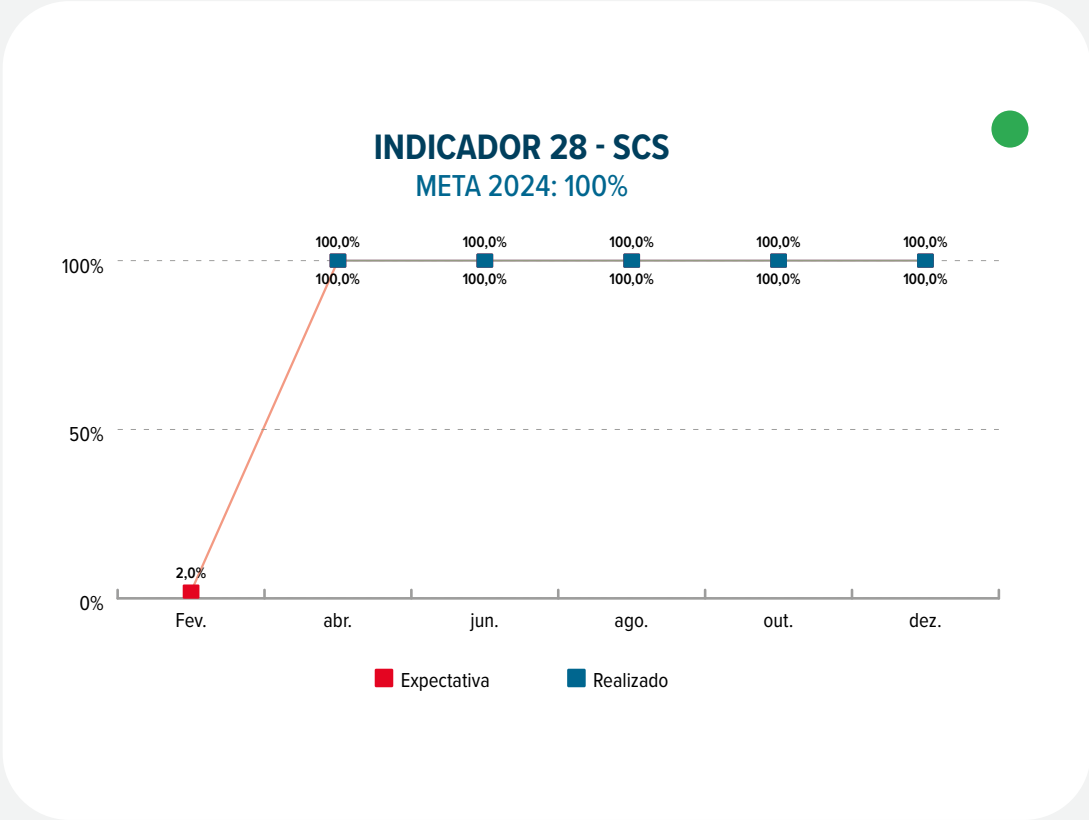
Esse indicador foi aprimorado no início de 2024, por isso a alteração da curva.

INDICADOR 29:

ALCANCE E ENGAJAMENTO NO PORTAL DO CNJ mede eficácia (alcance) e eficiência (engajamento) dos conteúdos do Portal do CNJ. É de responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social (SCS).

Este indicador foi aglutinado com o Indicador 28

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

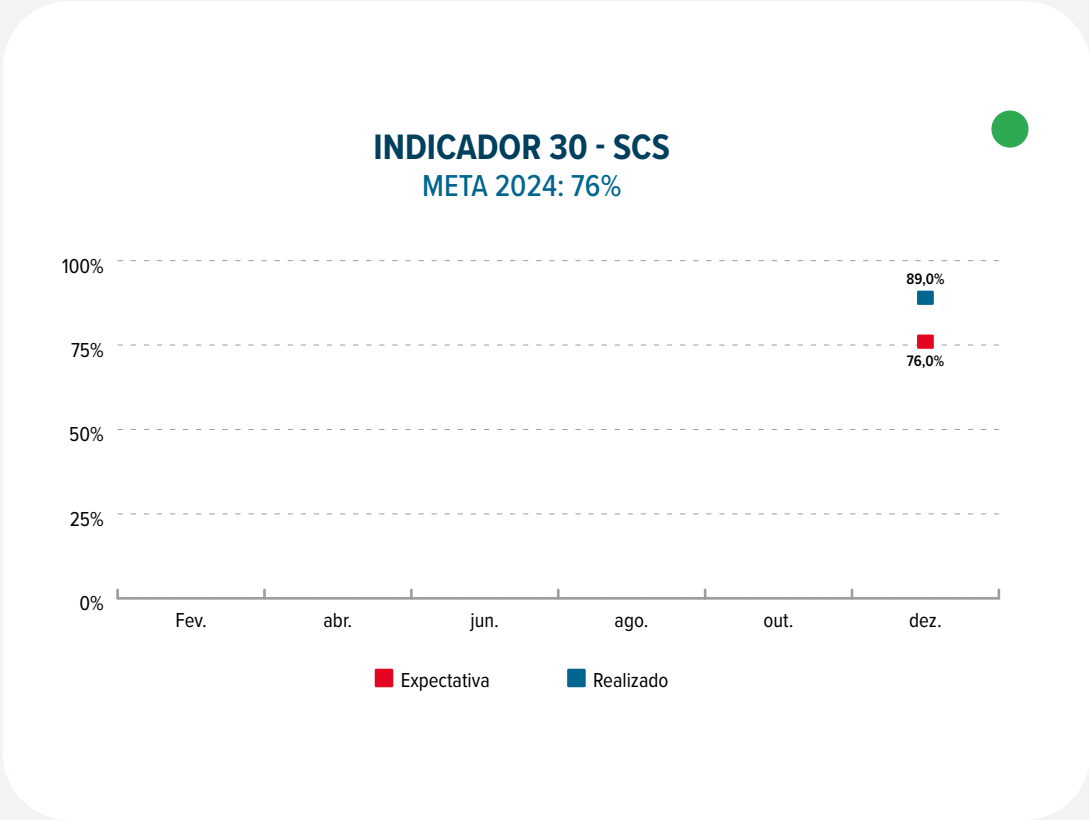


INDICADOR 30:

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM A COMUNICAÇÃO INTERNA mede a satisfação dos servidores e colaboradores do CNJ com os canais de comunicação interna. É de responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social (SCS).

Esse indicador é acompanhado anualmente.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Projetos Institucionais

STATUS		PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
	Portal JusBr		Presidência	72,0%	71,7%

Objetivo Estratégico 16: Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas

Aprimorar políticas e práticas em gestão de pessoas com vistas a possibilitar a formação, o desenvolvimento profissional e a gestão por competência de membros, servidores e agentes públicos atuantes na Justiça; adequar os meios e as ferramentas para a realização das atividades; garantir a segurança no ambiente de trabalho; e assegurar cargas de trabalho adequadas. Trata-se, ainda, da gestão do conhecimento aplicada ao aperfeiçoamento profissional.

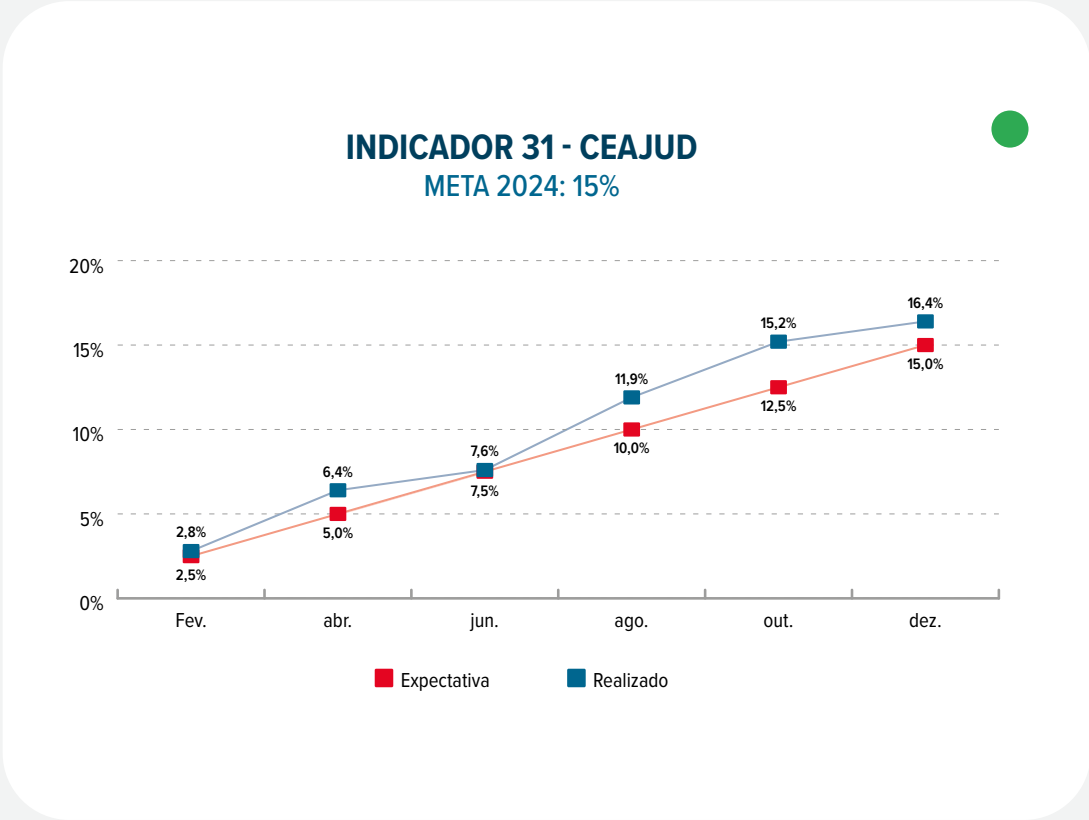


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 31:

ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NAS COMPETÊNCIAS ESTRATÉGICAS mede o percentual de servidores capacitados nas competências estratégicas definidas pelo CNJ em pelo menos um curso do Ceajud. É de responsabilidade do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (Ceajud).

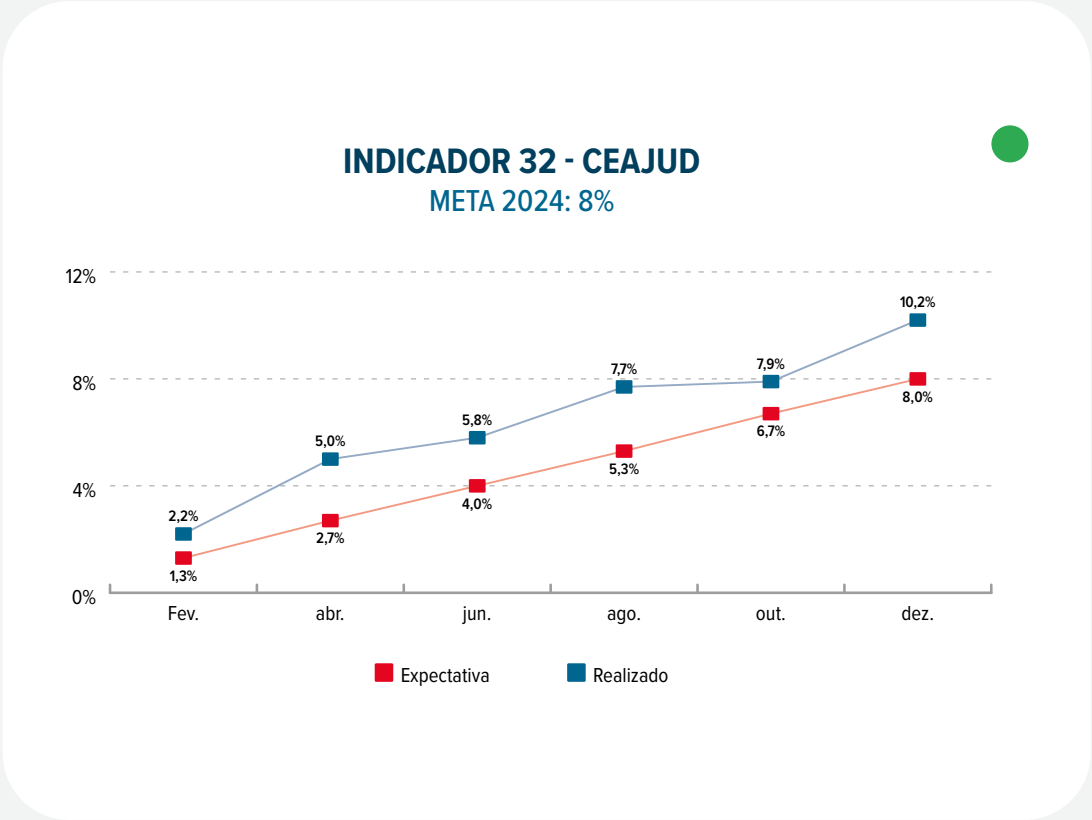
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 32:

ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DOS GESTORES DO PODER JUDICIÁRIO EM CAPACITAÇÕES GERENCIAIS mede o percentual de gestores capacitados em cursos de capacitação gerencial oferecidos pelo Ceajud, o qual é responsável pelo índice.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

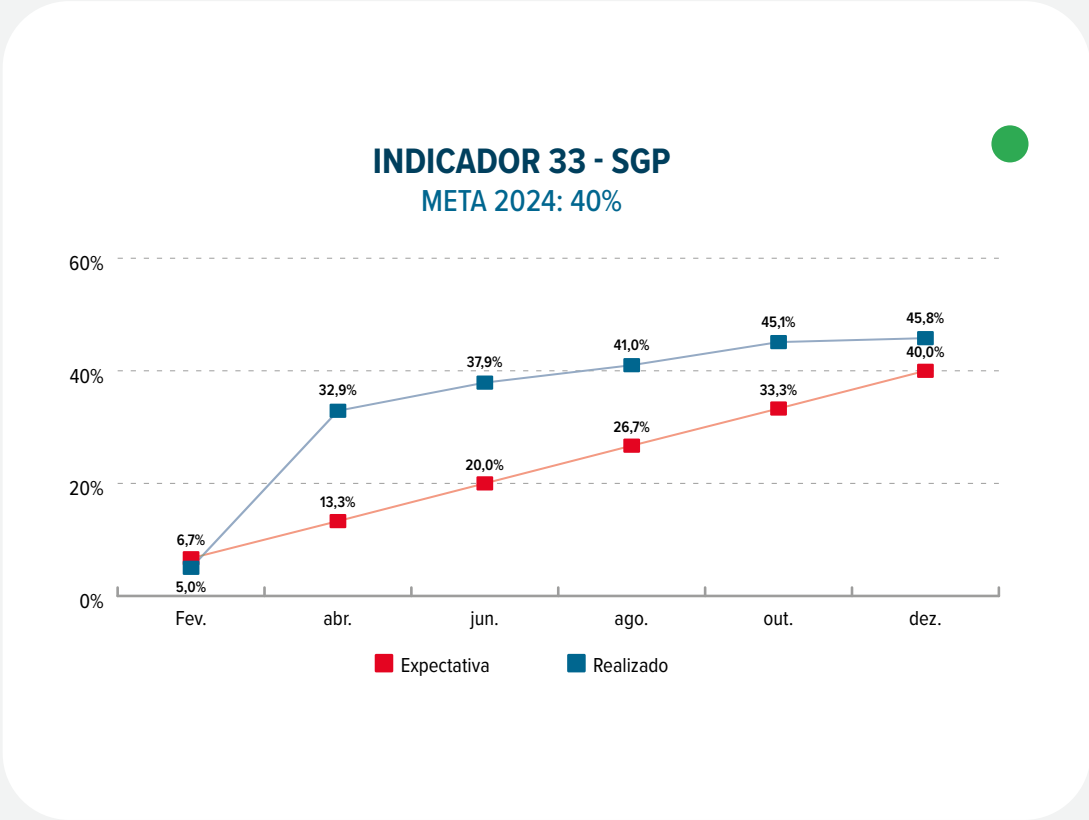


INDICADOR 33:

ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO CNJ avalia a adesão ao programa de capacitação continuada do CNJ. É de responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

A unidade fez correção das informações no mês de dezembro.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

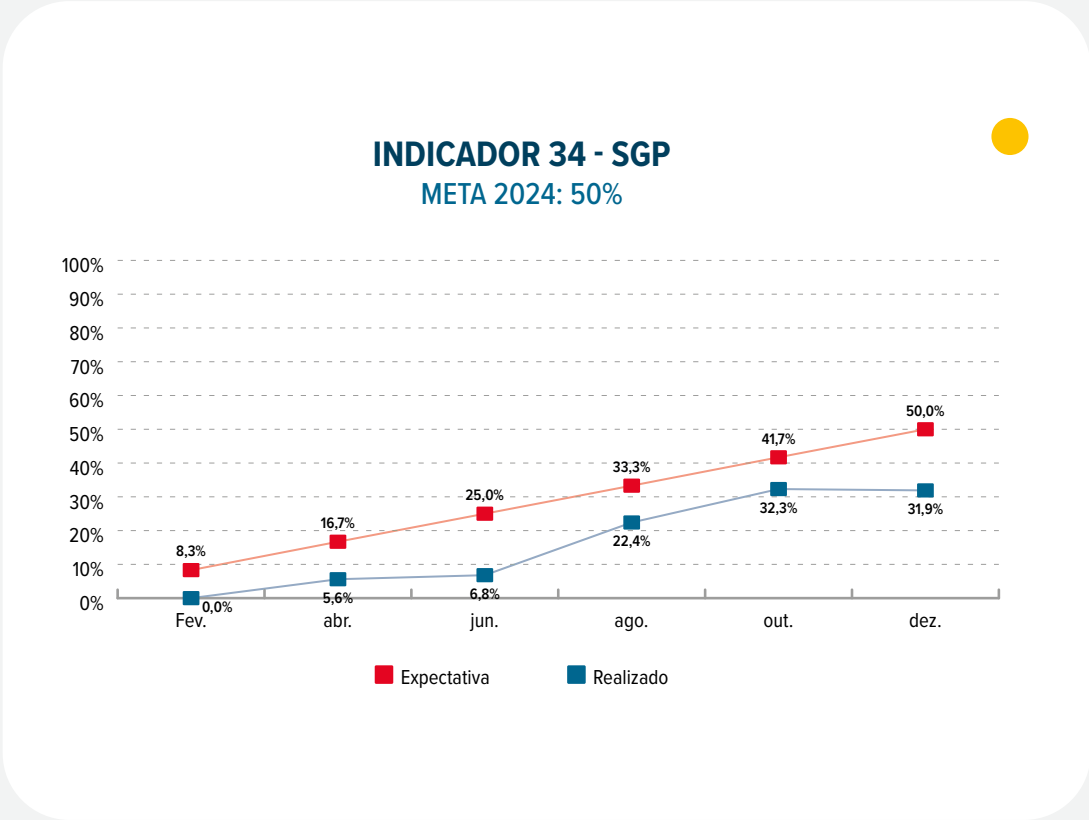


INDICADOR 34:

ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DOS GESTORES DO CNJ avalia a adesão ao programa de capacitação continuada do CNJ. É de responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

A unidade fez correção das informações no mês de dezembro.

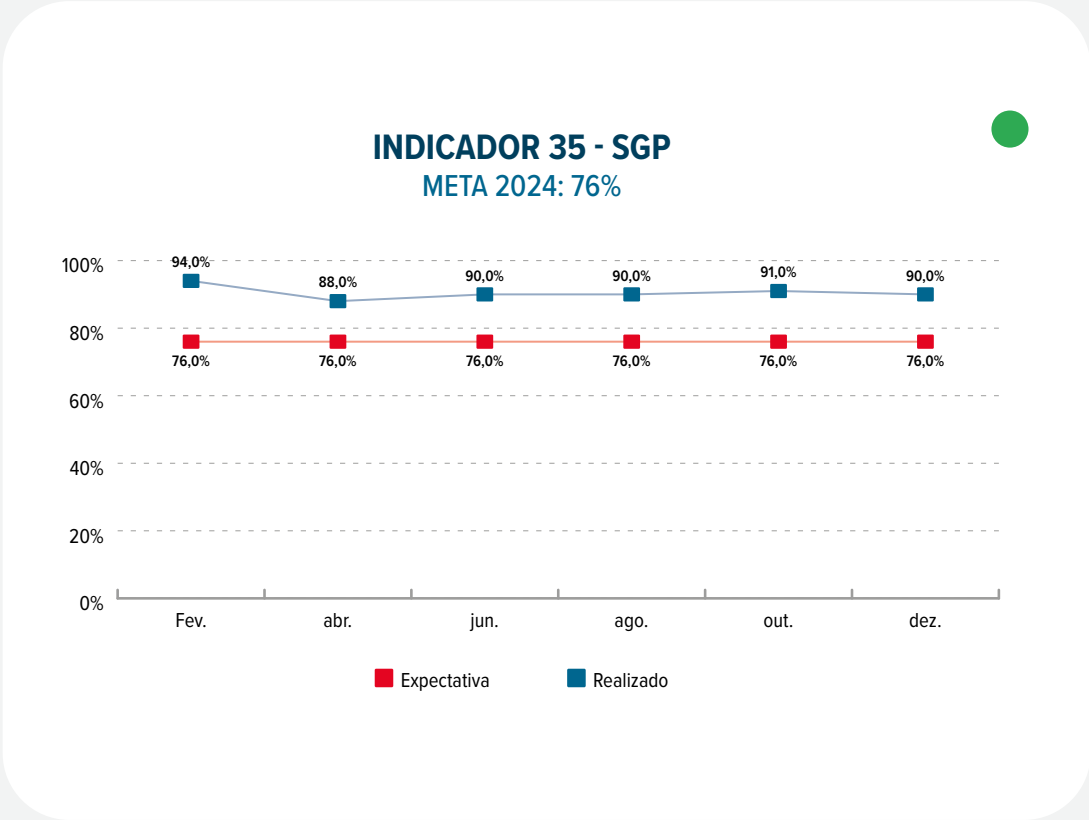
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 35:

INDICADOR 35: AVALIAÇÃO DAS CAPACITAÇÕES REALIZADAS avalia a qualidade do treinamento realizado. É de responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Projetos Institucionais

STATUS	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA	REALIZAÇÃO
●	Aperfeiçoamento funcional em temáticas prioritárias para o CNJ e para Justiça Federal	SEP	100,0%	100,0%
●	Sensibilização e Formação em Integridade e <i>Compliance</i> no Poder Judiciário	SEP	100,0%	100,0%
●	Capacitação técnica para desenvolvedores nas tecnologias da PDPJ-BR	SEP	89,5%	89,5%
●	SINAPSES 5	SEP	100,0%	100,0%
●	Escola Virtual do Poder Judiciário	SEP	46,0%	30,0%

Objetivo Estratégico 17: Promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho de forma integrada e contínua

Aprimorar a assistência à saúde; fomentar a adoção de hábitos saudáveis, a prevenção de agravos, ambiente de trabalho confiável e seguro, condições de trabalho adequadas, organização do trabalho humanizada, relações socioprofissionais saudáveis, reconhecimento no trabalho, perspectiva de crescimento profissional, melhoria no desempenho e aumento dos níveis de produtividade.

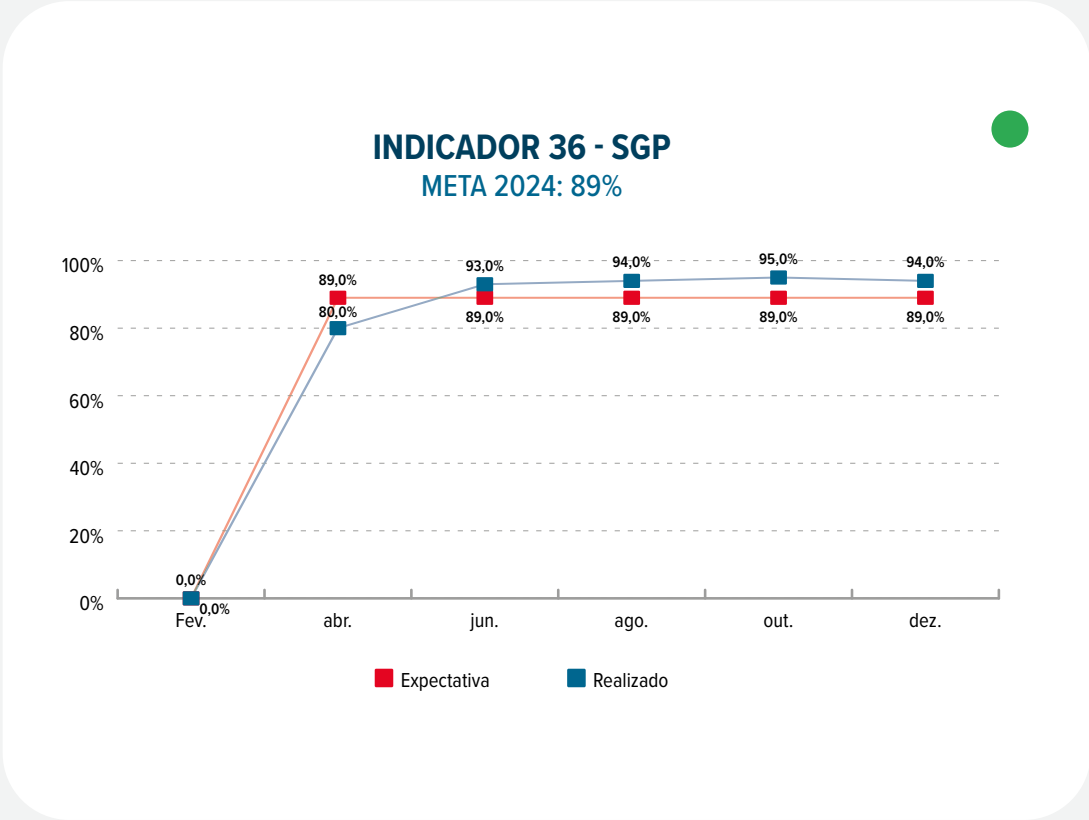


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 36:

SATISFAÇÃO QUANTO ÀS AÇÕES DE SAÚDE E QVT mede a satisfação dos participantes quanto às iniciativas de saúde e de qualidade de vida no trabalho realizadas. Considerar-se-á avaliação satisfatória, os dois pontos mais positivos dentro da escala de aferição. Para cada iniciativa, o percentual é calculado da seguinte forma: (somatório de respondentes nos pontos 3 e 4 da escala)/(total de respondentes)*100. É de responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Objetivo Estratégico 18: Aprimorar sistemas de gestão de planejamento, orçamento e finanças no Poder Judiciário

Desenvolver ações para aprimorar o planejamento e a execução orçamentária e financeira nos órgãos do Poder Judiciário e do CNJ, com o fito de buscar maior eficiência na gestão dos recursos, englobando expedição e revisão de normativos, ferramentas informatizadas, aperfeiçoamento de processos de trabalho, tratamento das informações e elaboração de diagnóstico.

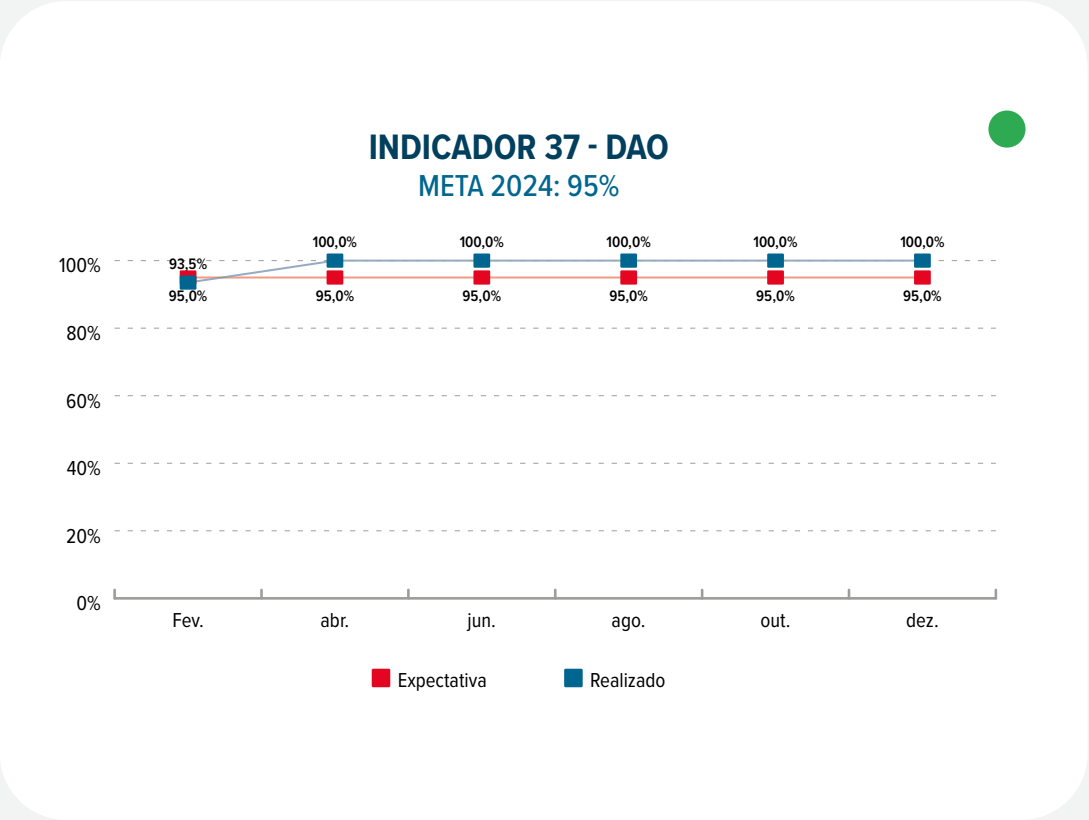


Indicadores de Desempenho

INDICADOR 37:

ÍNDICE DE PUBLICAÇÕES DAS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS TRIBUNAIS mede o percentual de tribunais que disponibilizaram em seus sítios eletrônicos na Internet as informações orçamentárias exigidas pelas Resoluções CNJ n. 102, 195 e 303 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 54. É de responsabilidade do Departamento de Acompanhamento Orçamentário (DAO).

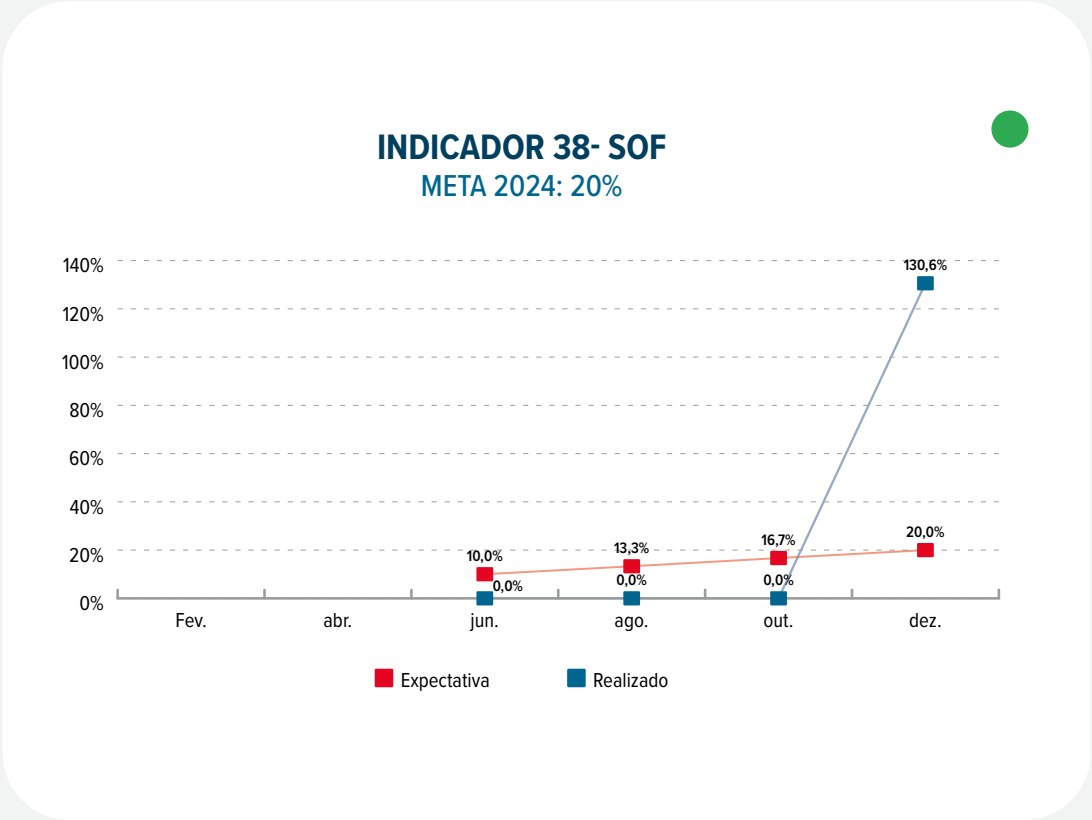
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 38:

CAPTAÇÃO DE RECURSOS ADICIONAIS AO ORÇAMENTO DO CNJ avalia o montante de recursos adicionados ao orçamento do CNJ. É de responsabilidade da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF).

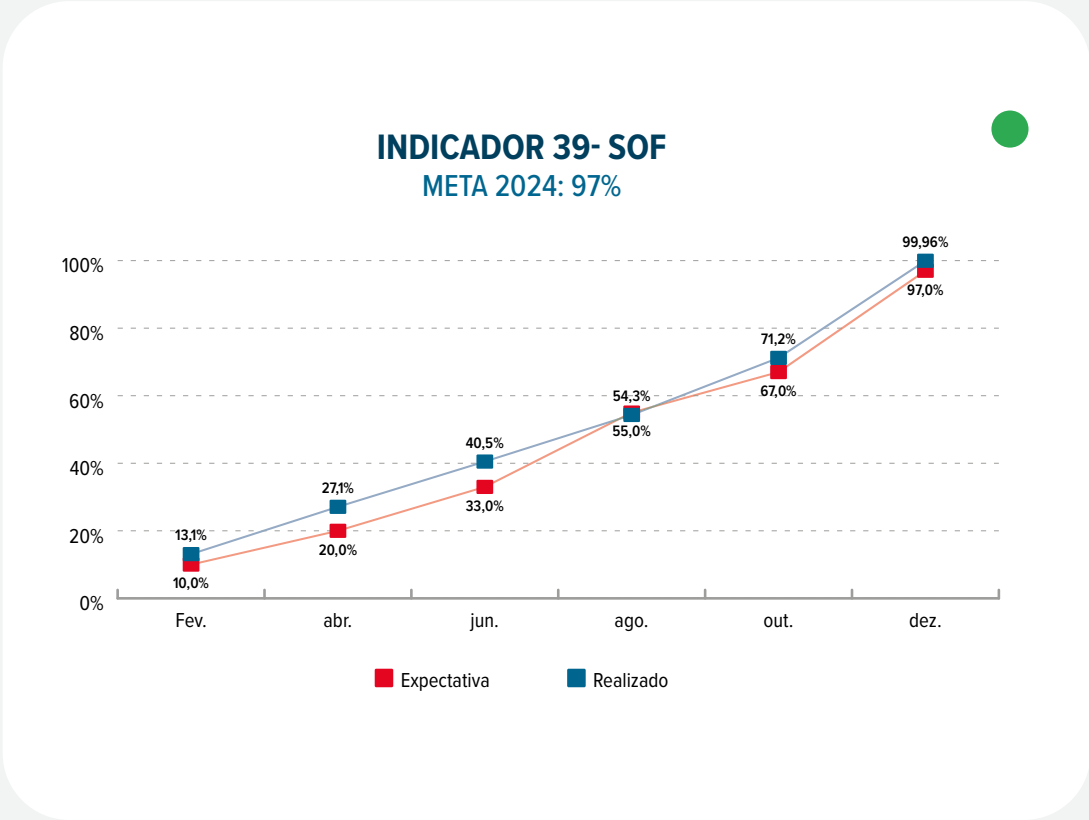
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 39:

EXECUÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS DO CNJ avalia e acompanha a execução orçamentária do CNJ a partir dos pagamentos efetuados. É de responsabilidade da SOF.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



ANÁLISE DO DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA DO CNJ – 2024

Dos 18 objetivos estratégicos, 15 atingiram desempenho satisfatório, dois estão em alerta e um ficou insatisfatório. Pontua-se que esse último resultado foi devido à descontinuidade de ações previstas no Indicador 13 — Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais. Entretanto, de modo geral, observa-se avanço nos resultados, tanto pelo bom desempenho de indicadores quanto dos projetos institucionais. Vale lembrar que as metas dos indicadores de desempenho são aumentadas ou mantidas, ano a ano, salvo em caso de ajustes necessários.

Em 2024, houve aperfeiçoamento dos seguintes indicadores:

3 — Índice de execução das ações estratégicas da Diretoria-Geral — reformulado para melhor refletir o compromisso da Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria-Geral (DAGI) com a priorização e a execução das ações consideradas estratégicas pelo diretor-geral;

15 — Engajamento dos usuários na Plataforma Connect-JUS — reformulado para acompanhar a evolução da plataforma Connect-Jus;

28 e 29 — esses indicadores foram aglutinados em um único indicador de número 28 — Índice de promoção e repercussão das ações de comunicação social com a sociedade — para melhor se ajustarem à dinâmica das redes sociais e refletirem os resultados do CNJ;

32 — Índice de Capacitação dos gestores do Poder Judiciário em capacitações gerenciais — cuja meta foi aumentada;

19 — Satisfação dos usuários com a estrutura física do CNJ — cuja meta foi ajustada haja vista o aumento de demanda do órgão; e

20 — Satisfação dos usuários com os serviços internos prestados no âmbito da Secretaria de Administração — cuja meta também foi ajustada devido ao aumento de demanda.

Observa-se que, em 2024, especificamente no final do período, houve o registro de um número expressivo de projetos institucionais. Estes são monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP), o qual informa os resultados para o monitoramento da estratégia. O quantitativo de projetos registrados pelo ECP não será necessariamente o mesmo apresentado na apuração da estratégia pelas razões que seguem:

- a) para efeito de medição dos resultados da estratégia, só são considerados os projetos que efetivamente tenham resultados apurados;
- b) há projetos que compõem indicadores e, nesse caso, eles não são medidos como projetos; e
- c) o ECP atualiza seus números sempre que um novo projeto é cadastrado, e o planejamento faz atualizações bimestrais.

Como o planejamento institucional é um instrumento dinâmico que visa refletir os desafios e as realidades impostas, pode-se esperar que alguns ajustes ainda sejam necessários, como, por exemplo, o acompanhamento da performance em redes sociais.

